www.pwc.com.br

Rio Energy Participações S.A. Demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Rio Energy Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Energy Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Rio Energy Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Energy Participações S.A. e da Rio Energy Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita (Notas 4(0.1), 6, 18 e 25)

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, podem haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da administração relativo ao atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato.

Em decorrência do julgamento crítico da administração na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes identificados pela Companhia para monitoramento e apuração da geração de energia, assim como para a elaboração dos estudos e construção de cenários para avaliação das probabilidades de descumprimento de volumes mínimos dos contratos; (ii) o entendimento dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados; (iv) inspecão, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparandoa com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para o reconhecimento da receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

Provisão para gastos para desmobilização de parque eólico (Nota 23)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta provisão para desmobilização de parque eólico no montante de R\$ 17.419 mil.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que o cálculo dessa provisão envolve julgamentos críticos por parte da administração devido à complexidade inerente à

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento da política contábil definida pela Companhia e dos controles internos relativos à mensuração da provisão para desmobilização de parque eólico.

Com apoio dos nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e



Porque é um PAA

estimativa do prazo e do valor dos custos futuros a serem incorridos com o encerramento das operações de parque eólico, bem como na determinação da taxa de desconto apropriada a ser utilizada nesses fluxos de pagamento a valor presente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

estimativas de custos consideradas pela administração, comparando-as com dados de mercado, quando aplicável, bem como testamos as movimentações ocorridas no exercício.

Os resultados de nossos procedimentos demonstram que os julgamentos e premissas utilizadas para constituição dessa provisão, são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos ao longo de nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International



Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

- DocuSigned by:

Anibal Manoel Gonçalus de Oliveira

Signed By: ANIBAL MANOEL GONCALVES DE OLIVEIRA:85193950744

CPF: 85193950744 Signing Time: 06 de março de 2023 | 21:26 BRT

ICP >

Ànfbal Manoel Gonçalves de Oliveira Contador CRC 1RJ056588/O-4



Relatório anual da Administração

Aos acionistas,

A Rio Energy Participações S.A., atendendo aos compromissos societários e as boas práticas de governança corporativa e transparência, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com a legislação societária brasileira e com os pronunciamentos e orientações emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), devidamente auditadas e acompanhadas do parecer dos auditores externos (PwC — PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes), indispensáveis para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, investidores, financiadores, clientes e parceiros. Os principais destaques das demonstrações financeiras referidas acima foram:

Os principais destaques foram:

<u>Operações de Comercialização – Controlada Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.</u>

A controlada Rio Energy Comercializadora de Energia S.A. que em 27 de abril de 2021 passou a ter como objeto social "a comercialização de energia", iniciou em janeiro de 2022 suas operações de compra e venda de energia. A Rio Energy Comercializadora tem por modelo de negócios viabilizar a oferta de energia em fluxo constante aos clientes do grupo, centralizando alguns contratos de venda de energia, ou seja, a Comercializadora compra a energia gerada pelas SPEs operacionais do grupo, que no agregado conseguem garantir a geração e oferta constante, e se compromete a entregar essa quantidade de energia ao longo de todos os meses de vigência do contrato ao cliente, ficando assim menos exposta ao risco de compra no mercado. A Rio Energy Comercializadora não tem por modelo de negócios obter ganhos com a variação de preço da energia no mercado.

Emissão de notas comerciais e quitação - Controlada Humaitá

No dia 21 de março de 2022, foi realizada a 1ª (primeira) emissão, em série única de notas comerciais da Controlada Humaitá no valor total de R\$ 350.000 mil.

No dia 6 de outubro de 2022, ocorreu a quitação da nota comercial emitida pela Humaitá Geração de Energia e Participações S.A no valor de R\$ 378.881 mil (trezentos e setenta e oito milhões oitocentos e oitenta e um mil) com a utilização de parte dos recursos do financiamento de longo prazo contratados junto ao BNB.

Emissão de notas comerciais escriturais - Rio Energy Participações

No dia 1 de julho de 2022, foi contratada a 1ª (primeira) emissão, em série única, de notas comerciais escriturais da Rio Energy Participações S.A., no valor total de R\$ 400.000 mil, emitidas em 04 de julho de 2022, com vencimento em 04 de julho de 2023. Os recursos da emissão foram utilizados para a liquidação da 1ª (primeira) emissão, em série única, de notas promissórias comerciais da Rio Energy Participações S.A., no valor total de R\$ 355.000 mil, parcela única, emitidas em 02 de julho de 2021, com vencimento em 02 de julho de 2022.



<u>Desembolso do Financiamento Banco do Nordeste – BNB</u>

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia obteve a liberação dos financiamentos junto ao Banco do Nordeste – BNB no valor de R\$ 500.801 mil, referentes a 90% dos recursos dos financiamentos de longo prazo contratados em 31 de dezembro de 2019 para as empresas Brejinhos Alfa e B, Caetité D, Eco e F. (Nota Explicativa nº 14)

Recompra da Debêntures de Infraestrutura – Caetité Geração de Energia e Participações S.A

Em 18 de outubro de 2022, a controlada Catité Geração de Energia e Participações S.A. realizou a recompra das debêntures de infraestrutura por R\$ 42.696 mil. O papel será mantido em tesouraria até que cumpra os pré-requisitos legais para ser cancelado. Este cancelamento é uma obrigação da Companhia junto ao BNDES, que vedou a possibilidade de no futuro recolocarmos o ativo novamente em circulação.

<u>Assinatura de Contrato de Financiamento – Urca Geração de Energia e Participações</u> <u>S.A.</u>

Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados os contratos de financiamento de longo prazo junto ao Banco do Nordeste - BNB para o Complexo Solar Luzeiros (Grupo Urca), empresas Solar Luzeiros I S.A, Solar Luzeiros II S.A, Solar Luzeiros III S.A e Solar Luzeiros IV S.A, no valor total de R\$ 300 milhões, pelo prazo de 24 anos, ao custo de IPCA + 4,3583% a.a x 0,85 de Bônus. Até 03 de março de 2023, data da emissão da Demonstração, não ocorreram o desembolso dos valores contratados.

<u>Financiamento de Longo Prazo – Grupo Solar São Conrado</u>

Em 31 de janeiro de 2023, foram assinados os contratos de financiamento de Banco do Brasil/SUDENE para o Complexo Solar São Conrado, empresas Solar São Conrado I S.A, Solar São Conrado II S.A, Solar São Conrado IV S.A, Solar São Conrado IV S.A, Solar São Conrado V S.A, no valor total de R\$ 299 milhões, pelo prazo de 20 anos, ao de custo de IPCA + 3,0747% a.a. Até a emissão da demonstração não ocorreram desembolso dos valores ora contratados.

Mudança de Controle - Rio Energy Participações

Em 09 de janeiro de 2023, após todas as aprovações necessárias, os acionistas da Companhia, aprovaram uma reestruturação societária onde, para fins de integralização de aumento de capital, transferiram a totalidade das ações da Rio Energy Participações S.A para a Hórus investimentos S.A, sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 12 de agosto de 2022, também controlada pelo Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP I") e o Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia II ("FIP II").

Em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de janeiro de 2023, a nova controladora da Rio Energy Participações, Hórus Investimentos S.A, nos termos do art. 59 da lei das Sociedades por Ações, bem como do item (iv) no art. 10 do estatuto social da Controladora, aprovou a primeira emissão de 23 (vinte e três) Debêntures no valor total



de R\$ 1.150.000 mil, ao valor nominal unitário de R\$ 50.000 mil, composta por 19 (dezenove) Debêntures de 1ª serie, totalizando R\$ 950.000 mil e 4 (quatro) Debêntures de 2ª série, totalizando R\$ 200.000 mil, com vencimento em 31 de dezembro de 2025 e juros remuneratórios correspondentes à 100% das taxas médias dos DI — Depósito Interbancário + 6,00% a.a. com capitalização semestral. As Debêntures foram objeto de colocação privada e figurou como fiadora a Rio Energy Participações S.A.

Resgate Antecipado Total da 1ª Emissão de Nota Promissória Comercial

Em 15 de fevereiro de 2023, foi realizado o resgate antecipado da Nota Promissória Comercial emitidas pela Companhia em 4 de julho de 2022 e com vencimento original em 04 de julho de 2023, no valor total de R\$ 407.924 mil.

Resgate Antecipado Total Cédula de Crédito Bancário - CCB – Ipanema Geração

Em 15 de fevereiro de 2023, foi realizado o resgate antecipado total da CCB743/20 emitida pela controlada Ipanema Geração de Energia e Participações S.A em 30 de agosto de 2022 (pós aditamento) e com vencimento (pós aditamento) em 30 de agostos de 2024, no valor total de R\$ 105.578 mil e da CCB1012/20 emitida em 30 de agosto de 2022 (pós aditamento) e com vencimento (pós aditamento) em 30 de agosto de 2024, no valor total de R\$ 145.170 mil, totalizando R\$ 250.748 mil.

Em conformidade com a Instrução CVM n° 381/03 informamos que nossos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não prestaram, quaisquer outros serviços que não os relacionados com auditoria externa para sua Companhia e sua controlada. A política da Companhia assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

As informações apresentadas nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais e a documentação que suporta as contas ora apresentadas encontra-se acessível aos senhores acionistas, estando a Diretoria Executiva da Companhia à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Diretor Corporativo

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Demonstração do valor adicionado	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	

Rio Energy Participações S.A. Balanço patrimonial

(Em milhares de reais)

		Contro	oladora	Conso	lidado
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 3.9	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado Nota 3.9
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.758	166.859	428.396	412.384
Depósitos vinculados	9	-	-	118.691	31.665
Contas a receber	6	-	-	61.805	52.194
Impostos a recuperar	7	1.813	1.484	3.085	5.502
Adiantamentos Partes relacionadas	20	185	258 73	1.637	2.831
Despesas antecipadas	8	106	63	11.587	25.593
Valor justo dos derivativos	30.1	-	-	11.507	2.113
Opção de compra de investimentos	10	1.688	2.000	1.688	2.000
Dividendos a receber	10	22.430	-	-	-
Total do circulante		49.980	170.737	626.889	534.282
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	9	-	-	126.155	128.836
Contas a receber	6	-	-	7.100	17.506
Depósitos judiciais		-	-	199	4
Impostos a recuperar	7	1.415		6.874	4.358
		1.415	-	140.328	150.704
Investimentos	10	1.278.933	1.149.410	-	-
Imobilizado	11	2.928	3.630	3.430.461	3.096.701
Intangível	12	1.281.861	1.153.040	<u>160.408</u> 3.590.869	162.269 3.258.970
Total do não circulante		1.283.276	1,153,040	3.731.197	3.409.674
Total do hao circulante		1.203.270	1.155.040	3.731.197	3.403.074
Total do Ativo		1.333.256	1.323.777	4.358.086	3.943.956
Passivo e patrimônio líquido Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	13	745	1.100	26.333	91.502
Empréstimos e financiamentos	14	412.556	371.221	632.956	613.220
Debêntures	15		. .	11.383	8.838
Passivos de arrendamento	16	1.057	979	6.539	9.630
Obrigações fiscais e trabalhistas	17	9.176	9.470	31.532	30.174
Provisão de ressarcimento regulatório Adiantamentos de clientes	18	-	-	30 126	42.644 126
Contas a pagar por aquisição de investimentos	19	5.969	11.825	5.969	20.160
Partes relacionadas	20	5.909	11.025	4.572	4.572
Valor justo dos derivativos	20	-	-	268	7.572
Total do circulante		429.503	394.595	719.708	820.866
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	_	_	2.249.736	1.821.797
Debêntures	15	_	_	188.510	222.972
Passivos de arrendamento	16	1.209	2.301	118.993	88.431
Provisão de ressarcimento regulatório	18	-	-	146.811	35.669
Tributos diferidos	21	-	-	4.484	4.818
Provisões socioambientais	22	-	-	9.881	5.411
Provisão para desmobilização	23			17.419	17.111
Total do não circulante		1.209	2.301	2.735.834	2.196.209
Total do passivo		430.712	396.896	3.455.542	3.017.075
Patrimônio líquido	24				
Capital social		1.087.419	1.005.413	1.087.419	1.005.413
Prejuízos acumulados		(184.875)	(78.532)	(184.875)	(78.532)
Total do Patrimônio Líquido		902.544	926.881	902.544	926.881
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.333.256	1.323.777	4.358.086	3.943.956

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

		Contr	oladora	Cons	olidado
	Nota	2022	2021	2022	2021
			Reapresentado Nota 3.9		Reapresentado Nota 3.9
Receita líquida	25	-	-	519.987	483.947
Custos da energia vendida	26	-	-	(222.694)	(206.807)
Lucro bruto		-		297.293	277.140
Despesas operacionais Gerais e administrativas Resultado de equivalência patrimonial	27 10	(44.599) (1.149)	(39.459) (28.946)	(95.559) -	(88.480)
Outras receitas (despesas) operacionais	28	-	(41)	10.727	1.801
Resultado operacional		(45.748)	(68.446)	212.461	190.461
Receitas financeiras Despesas financeiras		4.742 (65.337)	9.661 (18.766)	64.720 (349.809)	26.215 (274.491)
Resultado financeiro	29	(60.595)	(9.105)	(285.089)	(248.276)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(106.343)	(77.551)	(72.628)	(57.815)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	30	-	-	(33.715)	(19.736)
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferido			- -	(34.049) 334	(20.043) 307
Prejuízo do exercício		(106.343)	(77.551)	(106.343)	(77.551)
Prejuízo do exercício básico por ação (R\$) Prejuízo do exercício diluído por ação (R\$)	24.5 24.5	(0,15) (0,15)	(0,12) (0,12)	(0,15) (0,15)	(0,12) (0,12)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findoss em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 Reapresentado Nota 3.9	2022	2021 Reapresentado Nota 3.9
Prejuízo do exercício	(106.343)	(77.551)	(106.343)	(77.551)
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	(106.343)	(77.551)	(106.343)	(77.551)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
5 - 04 to 1 1 - 0000			(004)	44.005
Em 31 de dezembro de 2020		12.016	(981)	11.035
Aumento de capital (reestruturação societária)	1.1	890.911	-	890.911
Aumento de capital		102.486	-	102.486
Prejuízo do exercício (reapresentado)	3.9		(77.551)	(77.551)
Em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)		1.005.413	(78.532)	926.881
Em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	24	1.005.413	(78.532)	926.881
Aumento de capital		82.006	-	82.006
Prejuízo do exercício			(106.343)	(106.343)
Em 31 de dezembro de 2022	24	1.087.419	(184.875)	902.544

Rio Energy Participações S.A.Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
·	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades	(106.343)	(77.551)	(72.628)	(57.815)
operacionais:	4.440	00.040		
Resultado de equivalência patrimonial	1.149	28.946	266.638	192.307
Juros provisionados - empréstimos e financiamentos	60.503	17.188		37.552
Juros provisionados – debêntures	-	-	32.470	
Amortização dos custos de transação empréstimos, financiamentos e debêntures	3.943	967	11.762	7.148
Juros arrendamento	125	100	10.316	7.680
Depreciação e amortização	973	420	116.095	94.749
Baixa de imobilizado	-	-	3.346	15.132
Baixa de intangível	-	-	-	1.868
Provisão – compra de energia	=	=	7.519	47.480
Provisões socioambientais	-	-	- 68.012	921
Provisão de ressarcimento regulatório Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	-	_	68.012 2	- 18
Atualização financeira desmobilização (AVP)	-	-	1.981	2.404
Rendimentos de aplicação financeira (caixa restrito)	-	-	16.623	3.465
Variação dos ativos e passivos operacionais			- -	
Contas a receber	-	-	793	(8.764)
Impostos a recuperar	(1.744)	(1.484)	(99)	(1.263)
Adiantamentos	73	(258)	1.194	1.785
Despesas antecipadas	(43)	(2)	14.006	(17.770)
Depósitos vinculados - operacional Depósitos judiciais	-	- -	(93.093) (195)	(30.437) 10
Fornecedores e outras obrigações	(355)	917	(72.688)	(5.808)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(294)	9.462	(8.093)	6.437
Partes relacionadas	73	(1.295)	-	4.572
Provisão para ressarcimento regulatório	-	-	516	21.475
Adiantamento de clientes	=	=	-	(31)
Tributos diferidos	-	-	(334)	(307)
Provisões socioambientais	-	-	(954)	-
Outros	-	-	-	79
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(41.940)	(22.590)	303.189	322.887
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(24.264)	(13.207)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(41.940)	(22.590)	278.925	309.680
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(271)	(283)	(400.555)	(412.305)
Aquisição de intangível	-	-	(1.379)	(12.536)
Opção de compra em investimentos	-	(2.000)	(13.879)	(2.000)
Aumento de capital em controladas	(214.767)	(257.215)	-	-
Resgate de ações preferenciais de controladas	61.665		-	-
Aquisição de investimentos	(5.544)	(6.472)	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa decorrente de (reestruturação societária 2021)		- -	-	204.140
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(158.917)	(265.970)	(415.813)	(222.701)

Rio Energy Participações S.A. Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controla	dora	Consolid	lado
·	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	400.000	355.000	1.251.500	493.704
Aumento de capital	82.006	102.486	82.006	102.486
Liquidação de empréstimos e financiamentos (principal e juros)	(416.687)	-	(1.089.048)	(234.748)
Liquidação de debêntures (principal e juros)	-	-	(22.704)	(23.821)
Recompra da debênture	-	-	(42.696)	-
Custo de transação empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.424)	(1.934)	(9.318)	(5.174)
Depósito vinculados (caixa restrito)	-	-	(7.875)	-
Arrendamentos	(1.139)	(587)	(8.965)	(7.794)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	57.756	454.965	152.900	324.653
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(143.101)	166.405	16.012	411.632
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	166.859	454	412.384	752
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.758	166.859	428.396	412.384
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(143.101)	166.405	16.012	411.632

Rio Energy Participações S.A. Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

(LIII IIIIIIIares de reais)	Contro	oladora	Cons	olidado
	2022	2021	2022	2021
		Reapresentado Nota 3.9		Reapresentado Nota 3.9
Receitas	-	20	546.433	514.241
Receitas operacionais - geração de energia elétrica		-	545.196	512.716
Outras receitas	-	20	1.222	1.460
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	-	-	15	65
Insumos adquiridos de terceiros	(7.640)	(12.400)	(142.582)	(159.126)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(7.520)	(46.631)
Custos e despesas de operação e manutenção	(329)	(125)	(55.986)	(41.001)
Encargos de uso da rede de transmissão	-	-	(38.600)	(29.430)
Serviços de terceiros	(4.312)	(10.905)	(20.957)	(28.679)
Seguros	(58)	(24)	(8.749)	(4.148)
Internet, telefone e correios	(157)	(64)	(1.404)	(1.213)
Viagens e estadias	(740)	(113)	(2.638)	(1.123)
Materiais	(147)	(89)	(691)	(677)
Marketing	(324)	(364)	(340)	(615)
Outros	(1.573)	(716)	(5.697)	(5.609)
Valor adicionado bruto	(7.640)	(12.380)	403.851	355.115
Depreciação, amortização	(973)	(429)	(116.095)	(96.088)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(8.613)	(12.809)	287.756	259.027
Valor adicionado recebido em transferência	3.593	(19.285)	64.719	26.215
Resultado de equivalência patrimonial	(1.149)	(28.946)		=
Receitas financeiras, líquidas	4.742	9.661	64.719	26.215
Valor adicionado total a distribuir	(5.020)	(32.094)	352.475	285.242
Distribuição do valor adicionado	(5.020)	(32.094)	352.475	285.242
Pessoal	35.318	26.432	44.079	36.233
Remuneração direta	21.524	15.489	26.407	21.218
Benefícios	12.407	9.915	15.927	13.523
FGTS	1.387	1.028	1.745	1.492
Impostos, taxas e contribuições	497	585	66.062	51.897
Federais	244	466	60.933	49.106
Estaduais	163	85	5.039	2.702
Municipais	90	34	90	89
Remuneração de capitais de terceiros	65.508	18.440	348.677	274.663
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	60.503	17.188	299.108	229.862
Comissões, corretagens e taxas bancárias	147	40	12.040	29.262
Juros sobre arrendamentos	125	100	10.316	7.680
Atualização financeira desmobilização (AVP)	-	-	1.981	-
Amortização dos custos de captação	3.943	967	11.763	7.267
Outras despesas financeiras	376	145	12.588	592
Aluguéis	414	-	881	-
Remuneração de capitais próprios	(106.343)	(77.551)	(106.343)	(77.551)
Prejuízo no exercício	(106.343)	(77.551)	(106.343)	(77.551)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Rio Energy Participações S.A. ("Rio Energy Participações" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jardim Botânico 518, sala 501, Jardim Botânico, constituída em 14 de agosto de 2020.

A Rio Energy Participações S.A. e suas controladas ("Grupo") é uma plataforma integrada de geração de energia renovável e tem como objeto social, o desenvolvimento, a construção, a exploração, a comercialização, a participação em e a operação de ativos de geração de energia elétrica no Brasil.

Reestruturação societária ocorrida em 2021 (Combinação de negócio sobre controle comum)

Em 5 de fevereiro de 2021, após todas as aprovações necessárias, os acionistas da Companhia aprovaram a reestruturação societária mediante a transferência de todas as ações de emissão das holdings que possuíam, direta ou indiretamente, os projetos (operacionais ou não) do Grupo Rio Energy para fins de integralização de aumento de capital da Companhia. Desta forma, a partir dessa data, a Companhia passou a ser a holding de todos os ativos do Grupo Rio Energy. Com a reestruturação, a totalidade das atividades de todas as empresas do Grupo estão contempladas em uma nova e única estrutura operacional.

Na data da efetivação da operação, em 5 de fevereiro de 2021, a Companhia registrou contabilmente, resultante da operação, um aumento de capital no valor de R\$ 890.911, reconhecidos patrimônio líquido em contrapartida aos investimentos.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Rio Energy Participações S.A., para fins de demonstrações financeiras consolidadas, inicia-se, efetivamente, em 5 de fevereiro de 2021, data da reestruturação. Ou seja, o resultado entre 1º de janeiro de 2021 e 5 de fevereiro de 2021, das empresas que passaram a ser controladas somente após a reestruturação não estão incluídas na demonstração de resultado consolidada daquele exercício.

1.2. Principais eventos ocorridos em 2022

Constituição das controladas da Urca Geração de Energia e Participações S.A. (anteriormente denominada Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos S.A.)

Em 4 de janeiro de 2022 foi aprovada a constituição das controladas Solar Luzeiro I S.A, Solar Luzeiro II S.A, Solar Luzeiro IV S.A, Solar Luzeiro V S.A e Solar Luzeiro VI S.A. Em 30 de maio de 2022 foi aprovada a conversão das companhias supracitadas em subsidiárias integrais da acionista Urca Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações de Comercialização – Controlada Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.

A controlada Rio Energy Comercializadora de Energia S.A., que em 27 de abril de 2021 passou a ter como objeto social "a comercialização de energia", iniciou em janeiro de 2022 suas operações de compra e venda de energia. A Rio Energy Comercializadora tem por modelo de negócios viabilizar a oferta de energia em fluxo constante aos clientes do grupo, centralizando alguns contratos de venda de energia, ou seja, a Comercializadora compra a energia gerada pelas SPEs operacionais do grupo, que no agregado conseguem garantir a geração e oferta constante, e se compromete a entregar essa quantidade de energia ao longo de todos os meses de vigência do contrato ao cliente, ficando assim menos exposta ao risco de compra no mercado. A Rio Energy Comercializadora não tem por modelo de negócios obter ganhos com a variação de preço da energia no mercado.

Emissão de notas comerciais - controlada Humaitá

No dia 21 de março de 2022, foi realizada a 1ª (primeira) emissão, em série única, de notas comerciais da controlada Humaitá no valor total de R\$ 350.000, as quais foram 100% liquidadas em 06 de outubro de 2022.

Redução de Capital - controlada Copacabana

Em 20 de junho de 2022 foi aprovada a redução de R\$ 61.665 do capital social da controlada direta Copacabana Geração de Energia e Participações S.A., sem alteração do número de ações, para devolução de recursos à acionista Rio Energy Participações S.A.

Emissão de notas comerciais escriturais

No dia 1 de julho de 2022, foi contratada a 1ª (primeira) emissão, em série única, de notas comerciais escriturais da Rio Energy Participações S.A., no valor total de R\$ 400.000, emitidas em 04 de julho de 2022, com vencimento em 04 de julho de 2023. Os recursos da emissão foram utilizados para a liquidação da 1ª (primeira) emissão, em série única, de notas promissórias comerciais da Rio Energy Participações S.A., no valor total de R\$ 355.000, parcela única, emitidas em 02 de julho de 2021, com vencimento em 02 de julho de 2022.

Desembolso do Financiamento Banco do Nordeste - BNB - controladas da Humaitá

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia obteve a liberação dos financiamentos junto ao Banco do Nordeste – BNB no valor de R\$ 500.801, referentes a 90% dos recursos dos financiamentos de longo prazo contratados em 31 de dezembro de 2019 para as empresas Brejinhos Alfa e B, Caetité D, Eco e F. (Nota Explicativa nº 14)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pagamento Nota Comercial – Humaitá Participações S.A

No dia 5 de outubro de 2022, ocorreu a quitação da nota comercial emitida pela Humaitá Geração de Energia e Participações S.A no valor de R\$ 378.881 com a utilização de parte dos recursos do financiamento de longo prazo contratados junto ao BNB.

Recompra da Debêntures de Infraestrutura – Caetité Geração de Energia e Participações S.A

Em 18 de outubro de 2022, a controlada Caetité Geração de Energia e Participações S.A realizou a recompra das debêntures de infraestrutura emitidas por R\$ 42.696, sendo R\$ 37.793 da amortização, R\$ 1.166 dos juros e R\$ 3.737 do prêmio. O papel será mantido em tesouraria até que cumpra os pré-requisitos legais para ser cancelado. Este cancelamento é uma obrigação da Companhia junto ao BNDES, que vedou a possibilidade de no futuro o ativo ser colocado novamente em circulação.

Aumento de capital - Rio Energy Participações S.A

No dia 14 de outubro de 2022, foi realizado aumento de capital no valor de R\$ 45.721 mediante a emissão de 45.721 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao valor de R\$ 1,00 cada uma, passando o capital social da Companhia de R\$1.005.413, dividido em 701.219 mil ações ordinárias, para R\$ 1.051.133, dividido em 746.941 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos acionistas. A subscrição das ações respeitará a proporção das participações acionárias do FIP I e FIP II de 75,6% e 24,4% respectivamente.

No dia 27 de dezembro de 2022, foi realizado aumento de capital no valor de R\$ 36.285 mediante a emissão de 36.286 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 8.785 mil ao valor de R\$1,09 cada uma e 27.500 mil ao valor de R\$ 0,97, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.051.133, dividido em 746.941.442 ações ordinárias, para R\$ 1.087.419, dividido em 783.227 mil ações ordinárias.

Assinatura de Contrato de Financiamento – Urca Geração de Energia e Participações S.A

Em 29 de dezembro de 2022, foram assinados os contratos de financiamento de longo prazo junto ao Banco do Nordeste - BNB para o Complexo Solar Urca, empresas Solar Luzeiros I S.A., Solar Luzeiros II S.A., Solar Luzeiros III S.A. e Solar Luzeiros IV S.A., no valor total de R\$ 300 milhões, pelo prazo de 24 anos, ao custo de IPCA + 4,3583% a.a x 0,85 de Bônus¹. Até a data da emissão destas demonstrações financeiras, não ocorreu o desembolso dos valores contratados.

¹ Bônus de adimplência de 15% conforme contrato de financiamento do BNB.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Projetos de geração de energia eólica

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui entre ativos de geração de energia eólica em construção e operação, capacidade total instalada para geração de 836,85MW*, localizados nos Estados do Ceará e da Bahia, dos quais 643,65MW* em operação e 193,20MW* em fase de construção, com entrada em operação prevista para o segundo semestre de 2024. Além disso, a Rio Energy possui 420,90 MWp* de projetos solares contratados em pré-construção.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo no ambiente regulado e respectivas autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de geração de energia eólica:

Companhias	Contrato / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aero- geradores	Capacidade Instalada (MW*)	Energia vendida (MW médio*)
						40.40
Eólica Caetité A	LER 005/2013	17/02/2014	35 anos	14	23,80	12,10
Eólica Caetité B	LER 005/2013	17/02/2014	35 anos	13	22,10	10,90
Eólica Caetité C	LEN 09/2013	28/05/2014	35 anos	5	8,50	4,30
Eólica Itarema I	LEN 09/2013	13/05/2014	35 anos	9	27,00	13,50
Eólica Itarema II	LEN 09/2013	13/05/2014	35 anos	9	27,00	13,00
Eólica Itarema III	LEN 09/2013	13/05/2014	35 anos	5	15,00	7,60
Eólica Itarema IV	LEN 03/2014	19/12/2014	35 anos	7	21,00	9,40
Eólica Itarema V	LEN 09/2013	13/05/2014	35 anos	7	21,00	9,40
Eólica Itarema VI	LEN 03/2014	23/12/2014	35 anos	8	24,00	10,70
Eólica Itarema VII	LEN 03/2014	05/02/2015	35 anos	7	21,00	9,30
Eólica Itarema VIII	LEN 03/2014	14/01/2015	35 anos	7	21,00	9,10
Eólica Itarema IX	LEN 03/2014	24/11/2014	35 anos	10	30,00	12,30
Eólica Serra da Babilônia II	LER 09/2015	09/05/2016	35 anos	12	28,20	13,50
Eólica Serra da Babilônia VI	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	11	25,85	11,80
Eólica Serra da Babilônia VII	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	12	28,20	10,80
Eólica Serra da Babilônia VIII	LER 09/2015	31/05/2016	35 anos	12	28,20	12,80
Eólica Serra da Babilônia IX	LER 09/2015	11/05/2016	35 anos	12	28,20	12,60
Eólica Serra da Babilônia X	LER 09/2015	31/05/2016	35 anos	12	28,20	12,70
Eólica Serra da Babilônia XI	LER 09/2015	25/05/2016	35 anos	12	28,20	12,00
Eólica Serra da Babilônia XII	LER 09/2015	31/05/2016	35 anos	12	28,20	13,10
Eólica SDB Alfa	LEN 03/2018	28/01/2019	35 anos	4	21,20	12,00
Eólica SDB C	LEN 03/2018	28/01/2019	35 anos	5	26,50	14,50
Eólica SDB Eco	LEN 03/2018	28/01/2019	35 anos	5	26,50	14,10
Eólica SDB F	LEN 03/2018	28/01/2019	35 anos	4	21,20	11,40
Eólica Caetité D	LEN 04/2019	28/04/2020	35 anos	11	50,40	12,10

^{*}Não auditado pelos auditores independentes

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui os seguintes projetos na modalidade de comercialização de venda de energia no ambiente livre:

^{*}Não auditado pelos auditores independentes

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhias	Contrato	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW*)
Serra da			35 anos		
Babilônia B	ACL	12/03/2019		6	31,80
Serra da	ACL		35 anos		
Babilônia D		12/03/2019		6	31,80
Caetité E	ACL	16/03/2021	35 anos	13	37,80
Caetité F	ACL	06/04/2021	35 anos	17	25,20
Brejinhos A	ACL	06/04/2021	35 anos	9	37,80
Brejinhos B	ACL	06/04/2021	35 anos	10	42,00

^{*}Não auditado pelos auditores independentes

Projetos em desenvolvimento

O Grupo analisa projetos com potencial de geração de energia solar e eólica, bem como parcerias que venham acelerar o desenvolvimento dessas fontes de energia, em linha com a transição energética que se configura em esfera mundial. O portfólio em desenvolvimento tem previsão de capacidade instalada adicional de aproximadamente 1.6 GW*.

1.4. Controladores da Rio Energy Participações

Os Controladores da Companhia são o FIP I e o FIP II, tendo como controlador final, fundos de investimento geridos pela Denham Capital Management LP. O FIP I e o FIP II são fundos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e qualificados pelo Administrador dos Fundos como Entidade de Investimento, conforme determina a Instrução CVM 579/16. A gestão da carteira dos Fundos compete à Apex Group Ltd.

Em 9 de janeiro de 2023, após todas as aprovações necessárias, os acionistas do Grupo Rio Energy aprovaram uma reestruturação societária onde a totalidade das ações da Companhia, passaram a ser controladas integralmente pela Hórus investimentos S.A (nota explicativa nº 37), controlada por sua vez pelos FIP I e o FIP II.

1.5. Continuidade operacional

Na elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2022, individuais e consolidadas, a administração fez uma avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia e de suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido (CCL) negativo, nos valores de R\$ 379.523 na Controladora e R\$ 92.819 no Consolidado (31 de dezembro de 2021 - CCL negativo no valor de R\$ 223.858 na Controladora e de R\$ 286.584 no Consolidado). Apresentou aplicação de caixa nas atividades operacionais de R\$ 41.940 na Controladora e geração líquida de caixa de R\$ 278.925 no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (aplicação de caixa nas atividades operacionais de R\$22.590 na Controladora e geração líquida de caixa de R\$309.680 no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

^{*}Não auditado pelos auditores independentes

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A condição de CCL negativo na Controladora se dá substancialmente em função da nota promissória emitida pela Rio Energy Participações S.A. (nota explicativa nº 14 – c.4), com vencimento em 04 de julho de 2023.

Em 09 de janeiro de 2023, após todas as aprovações necessárias, os acionistas da Companhia, aprovaram uma reestruturação societária onde transferiram a totalidade das ações da Rio Energy Participações S.A para a Hórus investimentos S.A.

Em 20 de janeiro de 2023, a nova controladora da Rio Energy Participações, aprovou a 1ª emissão de Debêntures Simples, conversíveis em ações, com garantia real e fidejussória adicional, composta por 23 (vinte e três) Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 50.000, sendo o valor total da emissão de R\$ 1.150.000, com vencimento em 31 de dezembro de 2025 e juros remuneratórios correspondentes à 100% das taxas médias dos DI – Depósito Interbancário + 6% a.a. com capitalização semestral. Os recursos obtidos serão destinados para o pagamento integral de dívidas da Companhia, para a aquisição de bens e ativos permanentes e financiar as atividades da Controladora e suas controladas. (nota explicativa nº 37).

Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro irrestrito de seu controlador para suprir suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, a administração entende que as atuais projeções de fluxos de caixa operacional e de investimento, juntamente com ingressos de caixa decorrentes do aumento das operações comerciais do Grupo por meio dos contratos de energia já contratados, serão suficientes para a manutenção do capital de giro da Companhia e mitigam qualquer incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia e suas controladas continuar suas atividades nos próximos doze meses, bem como a liquidação dos contratos de financiamentos e demais obrigações.

Vale relembrar que o Grupo trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito.

2. Companhias do Consolidado

2.1. Demonstrações Consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, contemplam as seguintes Companhias:

Controladas diretas	_	Controladas indiretas	%Participação	%Participação	
			31/12/2022	31/12/2021	
		Eólica Serra da Babilônia II S.A.	100%	100%	
		Eólica Serra da Babilônia VI S.A	100%	100%	
		Eólica Serra da Babilônia VII S.A	100%	100%	
Copacabana Geração de Energia	(a)	(-)	Eólica Serra da Babilônia VIII S.A	100%	100%
e Participações S.A.		Eólica Serra da Babilônia IX S.A	100%	100%	
		Eólica Serra da Babilônia X S.A	100%	100%	
		Eólica Serra da Babilônia XI S.A	100%	100%	
		Eólica Serra da Babilônia XII S.A	100%	100%	
	(b)	Itarema Geração de Energia S.A.	100%	100%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Eólica Itarema I S.A.	100%	100%
		Eólica Itarema II S.A.	100%	100%
lpanema Geração de Energia e Participações S.A.		Eólica Itarema III S.A.	100%	100%
		Eólica Itarema IV S.A.	100%	100%
		Eólica Itarema V S.A.	100%	100%
Participações S.A.		Eólica Itarema VI S.A.	100%	100%
		Eólica Itarema VII S.A.	100%	100%
		Eólica Itarema VIII S.A.	100%	100%
		Eólica Itarema IX S.A.	100%	100%
			100%	100%
		Centrais Eólicas Caetité Participações S.A.	100%	100%
Lagoa Geração de Energia e	(c)	Eólica Caetité A S.A.	100%	100%
Participações S.A.		Eólica Caetité B S.A.	100%	100%
D		Eólica Caetité C S.A.		
Pontal Geração de Energia e Participações S.A.	(d)	_	100%	100%
		Solar São Conrado I (anteriormente denominada UFV Caetité S.A)	100%	100%
São Conrado Geração de Energia		Solar São Conrado II	100%	100%
e Participações S.A.	(e)	Solar São Conrado III	100%	100%
		Solar São Conrado IV	100%	100%
		Solar São Conrado V	100%	100%
		Solar São Conrado VI	100%	100%
		Solar São Conrado VII	100%	100%
		Eólica SDB Alfa S.A.	100%	100%
		Eólica SDB B S.A.	100%	100%
Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A		Eólica SDB C S.A.	100%	100%
Lifergia e i articipações S.A	(f)	Eólica SDB D S.A.	100%	100%
		Eólica SDB Eco S.A.	100%	100%
		Eólica SDB F S.A.	100%	100%
		Eólica Paraipaba I S.A.	100%	100%
Paraipaba Geração de Energia		Eólica Paraipaba II S.A.	100%	100%
S.A	(g)	Eólica Paraipaba III S.A.	100%	100%
		Eólica Paraipaba IV S.A.	100%	100%
		Eólica Brejinhos Alfa S.A.	100%	100%
		Eólica Brejinhos B S.A.	100%	100%
Humaitá Geração de Energia e	(h)	Eólica Caetité D S.A.	100%	100%
Participações S.A	()	Eólica Caetité Eco S.A.	100%	100%
		Eólica Caetité F S.A.	100%	100%
Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.	(i)	-	100%	100%
Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A.	(j)	-	100%	100%
		Luzeiro I S.A	100%	-
		Luzeiro II S.A	100%	-
Urca Geração de Energia e		Luzeiro III S.A	100%	-
Participações S.A.		Luzeiro IV S.A	100%	-
		Luzeiro V S.A	100%	_
		Edzono V C./ C		

a) Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.

A Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. ("Copacabana" ou "Copacabana Participações") é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 21 de setembro de 2015 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 20 de agosto de 2015 e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos eólicos. Em fevereiro de 2016, a Copacabana passou a ter oito subsidiárias integrais, constituídas sob a forma de sociedades de propósito específico, que juntas detêm o Complexo Eólico Serra da Babilônia, constituído de 8 (oito) parques eólicos com capacidade instalada total de 223,25 MW*, localizados quase em sua totalidade no município de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os projetos da Copacabana sagraram-se vencedores no âmbito do 8º Leilão de energia de reserva (2º LER de 2015) Edital nº 09/2015 promovido pela ANEEL, a contratação da energia de reserva foi criada para elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), com energia proveniente de usinas especialmente contratadas para esta finalidade seja de novos empreendimentos de geração ou de empreendimentos existentes, tendo comercializado toda a energia ao preço médio na data de R\$206,48MWh, a energia elétrica negociada neste leilão será objeto de Contratos de Energia de Reserva (CER) na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

*Não auditado pelos auditores independentes.

b) Ipanema Geração de Energia e Participações S.A.

Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. ("Ipanema" ou "Ipanema Participações") é uma sociedade por ações de capital fechado e iniciou suas atividades como holding de empresas de participação em projetos de energia renovável. A Ipanema é controladora da Itarema Geração de Energia S.A. ("Itarema Participações"), holding que realiza investimentos nos projetos que compõem o Complexo Eólico de Itarema, fases I e II, com capacidade instalada total de 207,00 MW*; a Ipanema tem como estratégia manter apenas o investimento na Itarema Participações.

As subsidiárias da Ipanema sagraram-se vencedoras no âmbito dos leilões A-3 de 2013 (fase 1) e 2014 (fase 2), promovidos pela ANEEL, tendo comercializado toda a energia, ao preço médio na data de R\$128,95/MWh e R\$133,43/MWh, respectivamente, a ser gerada para as distribuidoras de energia que participaram de tais leilões como compradoras. Foram celebrados Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs entre cada subsidiária e as compradoras de energia, todos com prazo de 20 anos. As usinas estão conectadas no Sistema Interligado Nacional ("SIN") através da subestação Acaraú (CHESF, em operação), distante 26,5 km do Complexo Eólico Itarema. As unidades geradoras tiveram início de operação comercial em 2016.

*Não auditado pelos auditores independentes.

c) Lagoa Geração de Energia e Participações S.A.

Lagoa Geração de Energia e Participações S.A. ("Lagoa") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 19 de abril de 2013 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 2 de maio de 2013 e iniciou suas atividades como holding de empresas de participação em projetos de energia renovável. A Lagoa é controladora da Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A. holding que realiza investimentos nos projetos que compõe o Complexo Eólico de Caetité que possui capacidade instalada total de 54,4 MW*, localizados no município de Caetité, no Estado da Bahia; A Lagoa tem como estratégia manter apenas o investimento na Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A. ("Caetité Participações").

Em agosto de 2013, a Caetité Participações participou do 5º Leilão de Energia de Reserva (leilão 005/2013) e sagrou-se vencedora constituindo-se como sociedades para fins específicos (SPEs) as subsidiárias indiretas, Eólica Caetité A S.A., Eólica Caetité B S.A.. Participou do 17º Leilão de Energia Nova em 18/11/2013 (leilão A-3/2013) e sagrou-se vencedora e constituiu a subsidiária Eólica Caetité C S.A., negociando em contratos de 20 anos de fornecimento da fonte.

Em novembro de 2017, as subsidiárias indiretas, Eólica Caetité A S.A., Eólica Caetité B S.A. e Eólica Caetité C S.A. assinaram contrato de uso compartilhado da capacidade ociosa das instalações de conexões com a Rio Energy EOL III Geração e Comercialização de Energia S.A. (Rio Energy EOL III Geração e Comercialização de Energia S.A. foi incorporada pela Humaitá em 13 de junho de 2019), uma empresa ligada, visando a sinergia dos negócios.

*Não auditado pelos auditores independentes.

d) Pontal Geração de Energia e Participações S.A.

A Pontal Geração de Energia e Participações S.A. ("Pontal") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 27 de outubro de 2014 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 1º de outubro de 2014.

A Pontal investe no desenvolvimento dos projetos Eólicos Itarema A e B e projetos Solares localizados no município de Itarema no estado do Ceará, os projetos encontram-se atualmente em condições de cadastramento nos leilões ANEEL da fonte.

Em 31 de dezembro de 2022, a Pontal se manteve em fase pré-operacional, com sua capacidade instalada prevista para 211,80 MW*.

*Não auditado pelos auditores independentes.

e) São Conrado Geração de Energia e Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A São Conrado Geração de Energia e Participações S.A. ("São Conrado") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 2 de outubro de 2018.

Seu objeto é a exploração e ou participação do ramo de geração de energia elétrica de projetos de energia renovável. A São Conrado investe no desenvolvimento de projetos da fonte Solar, localizados no município de Morro do Chapéu e Caetité no estado da Bahia.

A São Conrado Geração de Energia e Participações S.A. investe na implantação dos projetos solares híbridos associados denominados Toca da Onça I e II (59,94 Mwca*), Solar Caetité 1, 2 e 3 (89,91 Mwca*) e SdB Solar I, II, III e IV (123,00 Mwca*) e possuem em conjunto 272.85 Mwca de potência em fase pré-operacional.

Os projetos híbridos associados são resultantes da combinação de novos projetos solares fotovoltaicos com os projetos eólicos existentes de Caetité (54,40 MWp*), Caetité Norte (193,20 MWp*), Serra da Babilônia Fase 1 (223,25 MWp*) e Serra da Babilônia Fase 3 (153,0 MW*). O projeto de São Conrado é composto um sistema de geração solar fotovoltaica, redes de média tensão e sistema de medição e faturamento individuais, que compartilharão física e contratualmente a infraestrutura elétrica e de conexão, e o uso da rede linha de transmissão das eólicas existentes, conforme estabelecido na Resolução Normativa 954/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A nova tarifa de uso do sistema de transmissão – TUST do conjunto eólico-solar será a média ponderada do montante de uso do sistema de transmissão – MUST contratado entre cada uma das usinas que compõe o conjunto eólico-solar.

Em 31 de dezembro de 2022, todas as SPEs da São Conrado se mantiveram em fase pré-operacional.

*Não auditado pelos auditores independentes.

f) Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A

A Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A. ("Jardim Botânico") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 12 de julho de 2016 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 29 de julho de 2016.

Em dezembro de 2017, a Jardim Botânico assinou contrato de cessão onerosa de ativos, direitos e obrigações com a parte relacionada Copacabana Geração de Energia S.A., para fins de desenvolvimento de novos projetos *greenfield* de geração de energia eólica, visando à sinergia dos negócios.

Em 31 de agosto de 2018, a Jardim Botânico sagrou-se vencedora no âmbito do 5º Leilão de energia nova (003/2018) promovido pela ANEEL, constituindo-se como sociedades para fins específicos (SPEs), as subsidiárias Eólica SDB Alfa S.A., Eólica SDB B S.A., Eólica SDB C S.A., Eólica SDB D S.A., Eólica SDB Eco S.A. e Eólica SDB F S.A., negociando um total de 39,00 MWm* em contratos de 20 anos de fornecimento da fonte e com capacidade total de 159 MW* (Complexo Eólico Serra da Babilônia Fase III).

O Complexo é uma expansão do Complexo Eólico Serra da Babilônia Fase I, com potência instalada total de 223,25 MW* e que compartilha o acesso externo de 40 km, o alojamento para os trabalhadores locais e a infraestrutura de conexão, incluindo linha de transmissão, bay de conexão e subestação interna, mitigando riscos associados à servidão, ao acesso, à mobilização e à conexão.

As eólicas, controladas da Jardim Botânico, entraram em operação comercial, autorizadas pela ANEEL no ano de 2021. As eólicas SDB Alfa, SDB B e SDB C no segundo trimestre de 2021 e as eólicas SDB D, SDB Eco e SDB F no terceiro trimestre de 2021.

*Não auditado pelos auditores independentes.

g) Paraipaba Geração de Energia S.A.

A Paraipaba Geração de Energia S.A. ("Paraipaba") é uma sociedade por ações de capital fechado.

Em 18 de dezembro de 2018, a Paraipaba incorporou 100% das ações ordinárias da Usina Geradora Eólica San Francisco I Spe S.A. ("SF I") e Usina Geradora Eólica San Francisco II Spe S.A. ("SF II"), ambas adquiridas em 6 de dezembro de 2017 como parte integrante do complexo eólico Paraipaba.

Em 22 de abril de 2020 foram constituídas as seguintes Companhias: Eólica Paraipaba I S.A., Eólica Paraipaba II S.A., Eólica Paraipaba II S.A. e Eólica Paraipaba IV S.A. As Companhias são sociedades de propósito específico, cujo objeto social é a exploração do ramo de geração de energia como produtora independente, especificamente mediante a concepção, desenvolvimento, implantação, operação, administração dos projetos localizados no município de Paraipaba, Estado do Ceará.

Em 16 de novembro de 2020, a Rio Energy Participações tornou-se a holding do projeto Paraipaba Geração de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Paraipaba se manteve em fase pré-operacional, com sua capacidade instalada prevista para 248,85

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MW*.

*Não auditado pelos auditores independentes.

h) Humaitá Geração de Energia e Participações S.A

A Humaitá Geração de Energia e Participações S.A. ("Humaitá") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 12 de julho de 2016 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 29 de julho de 2016, com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil.

A Humaitá investe na implantação dos projetos eólicos denominados Complexo Eólico Caetité Norte com capacidade instalada total de 193,2 MW*.

Em 2018, a Companhia assinou, com clientes livres, Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) para o fornecimento energia de 45 MW* médios pelo prazo de 9 a 15 anos, com entrega a partir de 2022. Para cumprir com esses Contratos de Compra e Venda de Energia, a Companhia utilizará 52% da capacidade instalada do projeto do Complexo Eólico Caetité Norte.

A entrada em operação está prevista para o 2º semestre de 2024.

*Não auditado pelos auditores independentes.

i) Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.

A Rio Energy Comercializadora de Energia S.A. ("Rio Energy Comercializadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 30 de agosto de 2012 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 2012 e tem por objetivo viabilizar a oferta de energia em fluxo constante dos clientes do Grupo Rio Energy, centralizando contratos bilaterais de venda de energia do Grupo. Como seu objetivo é a gestão do portifólio de energia do Grupo, considerando que os contratos firmados geralmente são de longo prazo e pressupõem que o comprador fará uso final da Energia (usuário final), suas operações podem ser classificadas na categoria *Whosale* – Portifólio de Atacado. A Rio Energy Comercializadora não tem por modelo de negócios atual obter ganhos com a variação de preço da energia - realização de *trading*.

Em 27 de abril de 2021, com base na Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu a alteração da denominação social da Companhia de Rio Energy Projetos de Energia S.A para Rio Energy Comercializadora S.A.

A Rio Energy Comercializadora obteve registro junto a CCEE para se tornar agente em 13/04/2021, na reunião do CAD nº 1189, autorizando início de operação a partir de 01/04/2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia que opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), detém contratos bilaterais de venda firmados que totalizam o volume de 13.709 GWh com vencimentos até 2038.

i) Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A.

A Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A. ("Rio Energy Desenvolvimento") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 14 de maio de 2013 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e iniciou suas atividades como originadora de projetos de energia renovável em estágio *greenfield* em todo território brasileiro. Faz parte da estratégia da Rio Energy Desenvolvimento a prospecção de novas áreas, acordos de cessão do uso da terra, instalação e manutenção de equipamentos de medição de recursos, estudos prévios, licenciamento ambiental prévio (LP) e cadastramento em leilões.

Em 31 de dezembro de 2022, a Rio Energy Desenvolvimento se manteve em fase pré-operacional.

k) Urca Geração de Energia e Participações S.A.

A Urca Geração de Energia e Participações S.A. ("Urca") é uma sociedade por ações regida pelo Estatuto Social, Lei nº 6.404/76, e constituída no Brasil em 17 de julho de 2019 e registrada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso em 7 de julho de 2019 como Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos S.A.

Em 6 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contrato de compra e venda de ações e outras avenças, para a compra de 100% do capital total e votante da Bom Jesus (nota explicativa nº10), que tem por objeto social a execução de atividades de desenvolvimento, implantação, operação, administração e manutenção de projetos de geração de energia elétrica, produção independente de energia elétrica e comercialização de energia elétrica.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é proprietária de projetos de geração de energia fotovoltaica, com capacidade instalada prevista de 148,05 Mwca*, com área total de 297,35 ha, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por 6 empreendimentos (Luzeiro 1 – 6), divididos entre 3 imóveis devidamente registrados, os quais têm por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado - ACR ou Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Em 4 de janeiro de 2022 foi aprovada a constituição das controladas Solar Luzeiro I S.A, Solar Luzeiro II S.A, Solar Luzeiro II S.A, Solar Luzeiro IV S.A, Solar Luzeiro V S.A e Solar Luzeiro VI S.A.

Em 8 de fevereiro de 2022 foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos S.A para Urca Geração de Energia e Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Urca Geração de Energia e Participações S.A. se manteve em fase pré-operacional.

*Não auditado pelos auditores independentes.

2.2. Informações Combinadas Grupo Rio Energy

O resultado consolidado da Rio Energy Participações S.A. efetivamente iniciou-se em 5 de fevereiro de 2021, data da reestruturação, até 31 de dezembro de 2021. Desta forma, o resultado entre 1º de janeiro de 2021 e 5 de fevereiro de 2021 das empresas que passaram a ser controladas somente após a reestruturação não estão incluídas na demonstração de resultado consolidada.

Para fins comparativos, com objetivo de apresentar o negócio como um todo e não parte dele, apresentamos o resultado das Sociedades do Grupo Rio Energy somados nos exercícios de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021 (não auditado)
Receita líquida	519.987	510.476
Custos da energia vendida	(222.694)	(228.968)
Lucro bruto	297.293	281.508
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(95.559)	(92.586)
Outras receitas operacionais	10.727	1.761
Resultado operacional	212.461	190.683
Receitas financeiras	64.720	26.715
Despesas financeiras	(349.809)	(291.600)
Resultado financeiro	(285.089)	(264.884)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(72.628)	(74.201)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(33.715)	(21.034)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.049)	(21.369)
Imposto de renda e contribuição social diferido	334	334
Prejuízo do exercício	(106.343)	(95.235)

3. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

3.2. Base de elaboração

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, quando requerido nas normas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

3.4. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, enquanto que para as IFRS representa uma informação financeira adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

3.5. Uso de estimativas e julgamentos críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário que a administração se baseie em estimativas e julgamentos para efetuar o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para apurar essas estimativas e as respectivas premissas, os diretores da Companhia utilizam as melhores informações disponíveis na data do balanço, revisam continuamente as estimativas e possuem experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

A Companhia entende que as estimativas e premissas contábeis críticas contemplam o rol abaixo relacionado:

Estimativas e julgamentos significativos Nota Vida útil e análise dos valores residual e recuperável ("impairment") do 11 imobilizado e intangível Arrendamentos: Determinação do prazo de arrendamento e da taxa de desconto 16 Provisão de ressarcimento regulatório 18 Provisões socioambientais 22 Provisões para desmobilização 23 Valor justo dos instrumentos financeiros 31 Provisão para contingências 32

3.6. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados verificados do mercado. Informações sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa n° 31 - instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos.

3.7. Consolidação e investimentos

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

3.7.1. Combinação de negócios na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido das sociedades adquiridas é reconhecida no investimento como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida; e (ii) ágio, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e, esta diferença, representa a expectativa de geração de valor futura.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O ágio decorrente da combinação de negócios, o qual é registrado no intangível, é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (impairment).

3.8. Novos pronunciamentos contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- Aprimoramentos anuais ciclo 2018-2020:
- (i) **IFRS 9/CPC 48 "Instrumentos Financeiros"** esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- (ii) **IFRS 16/CPC 06 "Arrendamentos"** alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IAS 41/CPC 29 "Ativos Biológicos" remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, exceto em relação às alterações do IAS 16/CPC 27 – Ativo Imobilizado, cujos impactos estão mencionados na Nota nº 3.9.

3.9 Reapresentação das cifras comparativas.

IAS 16/ CPC 27 - Ativo Imobilizado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A fim de apresentar os efeitos da aplicação do IAS 16 - *Property, Plant and Equipment*. <u>Proceeds before Intended Use (Amendments to IAS 16)</u> e para a devida comparabilidade, as receitas de teste,

reconhecidas como redução do custo do imobilizado no exercício 2021, relacionada a entrada em operação das controladas do Grupo Jardim Botânico, foram reapresentadas para o resultado do exercício 2021, impactando em R\$ 17.635 as seguintes rubricas do balanço patrimonial:

Balanço Patrimonial Controladora

	2021	Ajustes	2021 Reapresentado IAS 16 / CPC 27
	Original		
Balanço Patrimonial			
Ativos			
Circulante	170.737		170.737
Não circulante	1.135.405		1.153.040
Investimento	1.131.775	17.635	1.149.410
Imobilizado	3.630		3.630
Total Do ativo	1.306.142	17.635	1.323.777
Passivo e Patrimônio Líquido			
Total dos Passivos	396.896		396.896
Patrimônio líquido	909.246		926.881
Capital Social	1.005.413		1.005.413
Prejuízos Acumulados	(96.167)	17.635	(78.532)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.306.142	17.635	1.323.777

Balanço Patrimonial Consolidado

	2024		2021
	2021 Original	Ajustes	Reapresentado IAS 16 / CPC 27
Balanço Patrimonial			
Ativos			
Circulante	534.282		534.282
Não circulante	3.392.039		3.409.674
Imobilizado	3.079.066 ¹	17.635	3.096.701
Intangível	162.269 ¹		162.269
Outros não circulantes	150.704		150.704
Total Do ativo	3.926.321	17.635	3.943.956
Passivo e Patrimônio Líquido			
Total dos Passivos	3.017.075		3.017.075
Patrimônio líquido	909.246		926.881
Capital Social	1.005.413		1.005.413
Prejuízos Acumulados	(96.167)	17.635	(78.532)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.926.321	17.635	3.943.956

¹ Reclassificação de R\$ 2.000 do imobilizado de Direito de uso para direitos em estudos e projetos (nota explicativa nº12)

Na reapresentação do resultado do exercício e demonstrações do fluxo de caixa findo em 31 de dezembro de 2021, a parcela de R\$ 17.635, correlatas a receita de teste das controladas que entraram em operação até dezembro de 2021, afetou as seguintes rubricas:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado

Controladora				
Em milhares de reais	40 de levelos	A ! 1	40 de leveles - 04	
	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021	Ajustes	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021	
	Original		Reapresentada IAS 16 / CPC 27	
Demonstração do resultado				
Resultado da equivalência patrimonial	(46.581)	17.635	(28.946)	
Prejuízo do exercício	(95.186)	17.635	(77.551)	
Prejuízo do exercício / período básico e diluído por ação	(0,15)		(0,12)	
	o do Resultado olidado			
Em milhares de reais				
	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021	Ajustes	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021	
	Original		Reapresentada IAS 16 / CPC 27	
Demonstração do resultado				
Receita Líquida	466.312	17.635	483.947	
Prejuízo do exercício	(95.186)	17.635	(77.551	
Prejuízo do exercício / período básico e diluído por ação	(0,15)		(0,12	
	s Fluxos de Caixa			
Em milhares de reais	olidado			
Em mindres de redis	2021	Ajustes	2021	
	Original	•	Reapresentada IAS 16 / CPC 27	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	327.315	(17.635)	309.680	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(240.336)	17.635	(222.701	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	324.653	-	324.653	
Aumento de caixa e equivalente	411.632	-	411.632	

3.10. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanco, não tivesse cumprido com índices previstos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis da Companhia são aplicadas de maneira consistentes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os diretores da Companhia consideram que as estimativas e políticas contábeis descritas abaixo são as mais relevantes para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cujo vencimento seja inferior a 90 dias a partir da data de contratação.

b) Depósitos vinculados (Conta reserva dos credores)

Refere-se à conta - corrente e aplicação financeira vinculada à parcela de curto prazo dos financiamentos do BNDES, das Debêntures de Infraestrutura, do BNB e para os contratos de O&M. Sua finalidade é atender os compromissos de operação e manutenção junto aos fabricantes dos Aerogeradores, bem como, atender às garantias dos financiamentos firmados, os quais permanecerão retidos até a final liquidação de todas as obrigações garantidas. São mantidos para atendimento às exigências contratuais e têm remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

c) Instrumentos financeiros

c.1) Ativos financeiros

c1.1) Políticas contábeis

A Companhia possui ativos e passivos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar a liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9) e estão resumidas a seguir:

c1.2) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (por meio do resultado); e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c1.3) Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos, quando houver, são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

c1.4) Mensuração dos ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos de acordo com a categoria de mensuração a seguir:

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem.

c1.5) Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas.

A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 (IFRS 9) e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na nota 4 item d.1.

c1.6) Instrumentos financeiros derivativos

São mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado financeiro ou no imobilizado (quando em construção), exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de hedge, como hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

d) Contas a receber de clientes

São registrados os valores a receber pelo faturamento da venda de energia. Registram-se inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da PECLD - Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa.

O faturamento mensal da Companhia é feito em uma única parcela, com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d.1) PECLD - Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia utiliza estimativas para calcular a perda de crédito esperada para o contas a receber, baseadas em dias de atraso para agrupamentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. Esta estimativa baseia-se incialmente nas taxas de perda histórica observada pela Companhia para determinado agrupamento de contas a receber e é revisada prospectivamente para ajustá-la de acordo com a percepção histórica de risco de crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por redução ao valor recuperável líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

e) Tributos sobre o lucro

e.1) Tributos correntes

O imposto de renda e a contribuição social estão baseados no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no final de cada exercício de relatório.

e.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos (quando aplicável) são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma pela qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

e.3) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

e.4) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em relação ao ICPC 22 (IFRIC 23), a Companhia não adota nenhum procedimento contábil em desacordo com a legislação fiscal que possa oferecer risco de interpretação divergente por parte do fisco.

f) Despesas antecipadas

f.1) Seguros

São demonstradas pelos valores efetivamente contratados, deduzidos das amortizações incorridas até a data do balanço. As amortizações são registradas em contrapartida ao resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f.2) Custos de transação

São custos financeiros incorridos para a obtenção de financiamentos, ainda não captados, relativo à viabilização de projetos em andamento.

Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado deve ser reclassificado para a conta redutora, conforme a natureza da operação, tão logo seja concluído o processo de captação ou reconhecido como despesa no momento da desistência do processo de captação.

Concluído o processo de captação, os custos de transação são reclassificados para a conta redutora do passivo e os custos de transação serão apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

g) Provisões para custos socioambientais

A Companhia registrou a valor presente os custos com programas ambientais, como definido pela orientação OCPC 05. a Companhia registrou os custos ambientais futuros, decorrentes da Licença Prévia ("LP") e da Licença de Instalação ("LI") e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações.

Trata-se de custos referentes à construção dos parques eólicos que serão realizados e desembolsados e desta forma foram provisionados no passivo circulante e não circulante tendo como contrapartida o ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

h) Provisões para desmobilização de ativos

No momento que um parque eólico entra em operação e quando há previsão contratual para desmobilização a Companhia provisiona os custos de desmobilização de ativos de geração, que serão incorridas pela Companhia no desmantelamento dos equipamentos e na restauração e recuperação dos terrenos.

A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de mercado, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo.

A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

i) Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos pela Companhia, de acordo com o CPC 06 (R2) (IFRS16)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos, como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia.

Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

Os arrendamentos considerados relevantes pela administração da Companhia foram contabilizados de acordo com o IFRS 16 (CPC 06 - R2 - Arrendamentos), a partir de sua aplicação. Os impactos nas contabilizações dos arrendamentos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

j) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Fornecedores

A rubrica registra valores a pagar, com base em faturas recebidas e medições de obra, ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente. Eles são, inicialmente, reconhecidos por valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com uso do método da taxa efetiva de juros.

I) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, com base em taxas de juros de mercado na data da transação.

m) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

n) Provisão para ressarcimento regulatório

Os Contratos de Energia Nova celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos (provisão para ressarcimento regulatório o passivo, nota explicativa nº 18) e positivos (provisão de contas a receber, nota explicativa nº 6), com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

Em 2019, a ANEEL instaurou a audiência pública nº 034 para tratar da regulamentação referente aos procedimentos e critérios para apuração do montante e respectivo ressarcimento em decorrência de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas conectadas em rede básica ou DIT e que são despachadas centralizadamente ou parte de conjuntos de usinas consideradas na programação da operação. Simultaneamente, estabeleceu à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a suspensão dos ressarcimentos estabelecidos em contratos de energia elétrica no ambiente de contratação regulada (CCEAR) e na contratação de energia de reserva (CER) apurados a partir de agosto de 2019, relativos a usinas eólicas objeto de pedidos de reconhecimento de *constrained-off* à ANEEL, como consubstanciado no Despacho nº 2.303, de 20 de agosto de 2019 (Despacho). O Despacho não trata, porém, das usinas que não possuem os referidos contratos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em outubro de 2020, a Aneel publicou Nota Técnica com a análise das contribuições e nova minuta de normativa, na qual estabelece que somente os eventos de restrição por ocorridos a partir do 7º mês civil após a publicação da normativa estarão submetidos ao novo regramento, excluindo os casos sobrestados referentes às usinas com contratos tanto no ambiente regulado quanto no livre. A Companhia faz parte dos casos sobrestados na Aneel cujos ressarcimentos referentes ao CCEAR e CER encontram-se suspensos nos termos do referido Despacho.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou em 22 de março de 2021, a resolução normativa nº 927/2021 que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas, inclusive com tratamento na Regra de Comercialização dos casos sobrestados anteriores a publicação da referida resolução.

A CCEE divulgou em 13 de maio de 2022, o comunicado nº 355/22, no qual publicou novas Regras de Comercialização referentes ao cálculo de energia não fornecida por *constrained-off* de usinas eólicas e informou que tão logo realize as adequações, testes sistêmicos, troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, divulgará o cronograma de operacionalização dos recálculos, por meio de novo comunicado.

Na receita extra, decorrente de geração a maior, o volume de restrição por *constrained-off* não é adicionado, logo as controladas que apuraram receita extra terão o recebimento em seu fluxo normal, conforme regras de comercialização estabelecidas no contrato de venda de energia.

o) Reconhecimento da receita

o.1) Venda de energia elétrica

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração e comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e das provisões para ressarcimento (provisões efetuadas caso a geração de energia elétrica seja abaixo do contratado e a Companhia, conforme cláusulas contratuais, precisa restituir aos clientes).

Todas as contabilizações de receita com venda de energia da Companhia, quando incorridas, estão de acordo o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15).

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando a energia gerada é comercializada, mediante a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo preço contratado, conforme cláusulas contratuais.

A Companhia reconhece a receita quando atendidos os cinco passos do modelo de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecimento de receita do CPC 47 (IFRS 15) e quando seu respectivo valor puder ser mensurado com segurança.

Cinco etapas do reconhecimento da receita: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

O CPC 47 (IFRS 15) estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47 (IFRS 15), a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

o.2) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

p) Despesas

Os registros feitos pela Companhia no exercício foram apurados em conformidade com o regime contábil de competência.

q) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	82	1.041	20.282	19.832
Aplicações financeiras de liquidez imediata	23.676	165.818	408.114	392.552
Total	23.758	166.859	428.396	412.384

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras encontram-se em investimentos de renda fixa indexados à taxa de depósito interbancário - CDI.

As aplicações financeiras de liquidez imediata tiveram em 2022 o rendimento médio de 102% do CDI.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras possuem vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, as quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos com outros propósitos. A remuneração média dessas aplicações em 31 de dezembro de 2022 é de 100% do CDI.

6. Contas a receber

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	
Contas a receber de clientes (a)	55.595	52.212	
Contas a receber regulatório (b)	6.212		
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(2)	(18)	
Circulante (a)	61.805	52.194	
	Consc	olidado	
	31/12/2022	31/12/2021	
Contas a receber regulatório (b)	7.100	17.506	
Não circulante (b)	7.100	17.506	

- (a) As contas a receber de clientes correspondem contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs e Contrato de Energia de Reserva - CERs no curso normal das atividades da Companhia, deduzidas da PECLD - Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa. O prazo para recebimento é inferior a um ano e, dessa forma, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.
- (b) Refere-se a provisão de contas a receber ao final do quadriênio. As provisões de receita extra regulatório referem-se a desvios positivos dos contratos de energia de reserva (CER) do projeto Serra da Babilônia fase 1 – Grupo Copacabana (R\$13.312). O quadriênio se encerrou em outubro de 2022. As provisões ora apuradas serão recebidas em 24 parcelas.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ / CSLL saldo negativo	3.219	-	8.267	4.867
IR sobre aplicação financeira	-	1.484	3	1.780
IRPJ antecipação	-	-	-	627
CSLL antecipação	-	-	-	256
ISSQN	-	-	546	874
PIS	2	-	195	275
COFINS	7	-	873	995
Outros	<u> </u>		75	186
Total	3.228	1.484	9.959	9.860
Circulante	1.813	1.484	3.085	5.502
Não circulante	1.415	-	6.874	4.358

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Controladora Consolida	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguros	2	2	9.414	14.810
Custos de transação - empréstimos e financiamentos (a)	-	-	2.000	10.722
Outras despesas antecipadas	104	61	173	61
Total	106	63	11.587	25.593

⁽a) Os custos de transação da dívida (CPC-08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), classificados temporariamente no grupo de despesas antecipadas, são comissões pagas aos agentes financeiros (bancos coordenadores) responsáveis pela captação dos financiamentos e que ainda não foram captados. Os saldos são reclassificados como redutora de empréstimos e financiamentos no passivo tão logo ocorrerem as captações a que se referem.

9. Depósitos vinculados (Conta reserva dos credores)

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	
Conta corrente	32.122	33.873	
Aplicações financeiras	212.724	126.628	
Total	244.846	160.501	
Circulante (a)	118.691	31.665	
Não circulante	126.155	128.836	

⁽a) Compreendem aos valores vinculados referente as parcelas de curto prazo dos financiamentos e O&M.

Os valores classificados como depósitos vinculados têm remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

10. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	Controladora
Em 31 de dezembro de 2020	11.933
Aquisições em 5 de fevereiro de 2021 (nota explicativa nº24)	890.911
Aumento de capital	257.215
Baixa de investimento direto (UFV e Maracanã) (i)	(5.382)
Aquisição da Brejinhos C	29
Resultado de equivalência patrimonial	(28.946)
Aquisição da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos (ii)	23.650
Em 31 de dezembro de 2021	1.149.410
Aumento de capital	214.767
Redução de capital – Grupo Copacabana	(61.665)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.149)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos a receber (22.430)
Em 31 de dezembro de 2022 1.278.933

i) Baixa de investimento direto

Em 18 de junho de 2021, a Rio Energy Participações S.A., detentora das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representando 100% do capital da UFV Caetité, e a São Conrado Geração de Energia e Participações S.A. resolvem celebrar "Instrumento Particular de Transferência de Ações", onde Rio Energy Participações transferiu 100% das ações de emissão da UFV Caetité à São Conrado Geração de Energia e Participações. No dia 27 de outubro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, foram formalizadas as transferências das totalidades das ações das Controladas Maracanã Geração de Energia e Participações S.A. e Tijuca Geração de Energia e Participações S.A. para a PEC Energia S.A., concluindo desta forma a operação de venda de participações S.A. Nesta data, a sociedade deixou de ser controlada pela Companhia, passando também a não ser consolidada.

ii) <u>Combinação de negócios – aquisição da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos S.A. –</u> projeto Urca Fase I ("Bom Jesus")

Em 6 de dezembro de 2021, a Companhia, celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças com os vendedores RZM Investimentos e Participações S.A., Fernando Esteves de Meneses e Mauro Cavalcanti de Albuquerque, pelo qual adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos S.A.

A empresa Bom Jesus Investimento Fotovoltaicos S.A. foi constituída em julho de 2019 e é uma Sociedade Anônima, em fase pré-operacional, com projetos de geração de energia fotovoltaica, com uma previsão de capacidade instalada de 198,4 MWp* e área total de 297,35 ha*, localizado na cidade de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia, Brasil. O complexo fotovoltaico é composto por seis empreendimentos divididos entre o direito de uso de três imóveis arrendados, que têm por objetivo a produção de energia elétrica para comercialização no Ambiente de Contratação Regulado – ACR ou Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A aquisição da Bom Jesus faz parte da estratégia de crescimento do grupo Rio Energy, através da aquisição de projetos *greenfield* de geração de energia renovável que estejam maduros para financiamento, negociação com fornecedores e construção.

O preço de aquisição acordado entre as partes, em contrapartida à venda das Ações, foi no montante total de R\$ 23.650, sendo pagos R\$ 11.825 à vista na data de fechamento do contrato, e R\$ 11.825, que estão registrados na rubrica de contas a pagar por aquisição de investimentos (nota explicativa nº19), serão pagos aos vendedores conforme eventos pactuados no instrumento de compra e venda de acões.

Este preço é fixo, sendo que as Partes não farão jus a qualquer ajuste, positivo ou negativo, inclusive em função da eventual modificação da capacidade instalada do Projeto.

^{*}Informação não auditada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A segunda parcela está sujeita a atualização monetária pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA/IBGE"), acumulado no período entre a data de fechamento do contrato e a(s) data(s) de efetivo pagamento da segunda parcela.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e o ágio auferido na aquisição, de acordo com o laudo de *Price Purchase Allocation* realizado por empresa de consultoria especializada, são demonstrados como segue:

1) Cálculo da mais valia:

	Na data de aquisição
Ativos líquidos adquiridos a valor contábil	2.021
Ajustes a valor justo registrados nos ativos e passivos:	
Gastos não reconhecidos como ativo pela Companhia (a)	(1.327)
Direito de uso de superfície (b)	4.866
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	5.560
Passivo a valor justo	
Valor justo do ativo líquido	5.560
Valor contábil do ativo líquido	2.021
Mais valia	3.539

- (a) Valores não reconhecidos como intangível e foram reclassificados para o resultado.
- (b) Direito de superfície conforme escritura pública de constituição de direito real de superfície do terreno onde serão instalados o parque solar.
- 2) Cálculo do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill):

	Na data de aquisição
Valor justo do ativo líquido	5.560
Valor pago (custo de aquisição)	23.650
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	18.090

3) Desdobramento do custo de aquisição:

	Na data de aquisição
Patrimônio líquido contábil (aquisição de 100%)	2.021
Mais valia	3.539
Goodwill	18.090
Contraprestação transferida	23.650

4) Opção de compra de Urca Fase II

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os vendedores outorgaram à Companhia uma opção de compra da totalidade das participações societárias representativas de capital das sociedades dos projetos Urca Fase II. A Companhia pagou no fechamento do contrato o valor de R\$ 2.000, pela opção de compra de Urca Fase II, reconhecido no ativo circulante da Companhia.

As partes reconheceram que há projeto de geração de energia fotovoltaica em áreas próximas ao Projeto Urca fase I (porém não incluído no escopo do Projeto Urca fase I e/ou na Operação aqui pactuada), considerando-se, assim, uma "fase II" do Projeto, com capacidade instalada prevista total de 306,7 MWp* ("Fase II"), a qual se encontra subdividida em 2 (duas) etapas segregadas, tendo a primeira etapa a capacidade instalada de 43,3 MWp* ("Fase II.1"), e a segunda etapa contando com uma previsão de capacidade instalada de 263,4MWp* ("Fase II.2").

O exercício da opção estava condicionado ao atingimento de determinados marcos de desenvolvimento da fase II do Projeto, que seriam devidamente apurados no prazo estabelecido em contrato, que era até 31 de dezembro de 2022. Caso os vendedores deixassem de cumprir com as condições de exercício da opção, a Companhia faria jus ao reembolso / compensação do pagamento feito a título de prêmio pela outorga.

Em 26 de dezembro de 2022, em função do não atendimento das condições de exercício da opção de ambas as subfases da fase II do Projeto, a Companhia cancelou a opção de compra para a Fase II.1, desta forma, foi compensado contra o passivo contas a pagar por aquisição a parcela referente ao seu preço de opção de R\$ 312 (nota explicativa nº 19). Para a opção de compra referente à Fase II.2, a Companhia concedeu um prazo adicional de 12 (doze) meses aos vendedores para o atingimento das Condições.

b) Resumo das informações financeiras

A tabela abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

31 de dezembro de 2022 % Lucro Patrimônio Controladas Participaçã Ativo Passivo líauido líquido 0 (prejuízo) Copacabana Geração de Energia e 100% 1.035.059 411.400 35 040 1.446.459 Participações S.A. Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. 100% 995.572 891.860 103.712 (72.269)Jardim Botânico Geração de Energia e Participações 100% 448.315 274.888 51.955 723.203 Lagoa Geração de Energia e Participações S.A. 149.502 101.339 (11.969)100% 250.841 Humaitá Geração de Energia e Participações S.A 100% 872.133 530.381 341.752 112 10.786 (316)Paraipaba Geração de Energia S.A 100% 10.796 9 Rio Energy Comercializadora de Energia S.A. 11.781 7.704 4.076 1.306 100% 2.518 Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A. 2.825 307 (2.910)100% Pontal Geração de Energia e Participações S.A. 100% 487 103 385 (333)São Conrado Geração de Energia e 179 100% 2.691 2.512 (736)Participações S.A.

^{*}Informação não auditada pelos auditores independentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Urca Geração de Energia e Participações S.A. (Anteriormente denominada Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos S.A.)	100%	2.710	101	2.609	(1.029)
Total		4.319.497	3.063.521	1.255.976	(1.149)
Mais valia de ativos na aquisição Urca Geração de	Energia e Participaçõe	es S.A		4.866	
Ágio na aquisição Urca Geração de Energia e Partic	ipações S.A. (a)			18.090	
Ágio nos Investimentos				22.956	
Total				1.278.933	

31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)

Controladas	% Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.	100%	1.486.412	1.040.471	445.941	37.897
Ipanema Geração de Energia e Participações S.A.	100%	968.647	861.047	107.600	(66.485)
Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A	100%	717.349	479.888	237.461	18.394
Lagoa Geração de Energia e Participações S.A.	100%	254.807	189.804	65.003	(1.987)
Humaitá Geração de Energia e Participações S.A	100%	309.446	55.152	254.294	(892)
Paraipaba Geração de Energia S.A	100%	10.592	79	10.513	(1.420)
Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.	100%	1.827	754	1.073	(11.949)
Rio Energy Desenvolvimento de Renováveis S.A.	100%	2.086	294	1.792	(2.114)
Pontal Geração de Energia e Participações S.A.	100%	646	3	643	(51)
São Conrado Geração de Energia e Participações S.A.	100%	1.501	61	1.440	(324)
Urca Geração de Energia e Participações S.A.	100%	694	-	694	(15)
Total		3.754.007	2.627.553	1.126.454	(28.946)
Mais valia de ativos na aquisição Urca Geração de Energia	a e Participações S.A			4.866	
Ágio na aquisição Urca Geração de Energia e Participaçõe	. ,			18.090	
Ágio nos Investimentos				22.956	
Total				1.149.410	

(a) Conforme o CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS- 36), para o propósito do teste de redução ao valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), adquirido em combinação de negócios, deve ser incluído ao valor contábil das suas respectivas unidades geradoras de caixa - UGC, a administração concluiu que em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que não existe a necessidade de registrar qualquer provisão para perda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo gastos com equipamentos, materiais, pessoal, socioambientais, desmobilização de ativos e encargos financeiros de empréstimos, todos diretamente atrelados à construção dos parques eólicos, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A cada data de balanço, ou sempre que houver algum fato que requeira análise, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos tangíveis e intangíveis tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável, providenciando os ajustes contábeis se necessários. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O ativo imobilizado está composto principalmente por aerogerador, edificação, infraestruturas elétricas, obras civis e linha de transmissão, representando o complexo eólico, e é depreciado com base na vida útil do bem.

A Companhia revisa, ao final de cada exercício, se apropriado, os critérios utilizados para determinação da vida útil estimada do ativo imobilizado e para o cálculo da depreciação. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Ativos	Anos
Obras civis, edificação, aerogerador, linha de transmissão, infraestruturas elétricas	30
Máquinas e equipamentos (Computadores, periféricos etc.)	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo imobilizado por grupo de ativos é como segue:

		Consolidado										
	Aero- geradores	Obras civis	Obras elétricas	Custos financei-ros	Outros imobilizados	Linha de Transmissão	Provisão para Desmobi- lização	Custos ambientais	Custo de transaçã o	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201	201
Adições - reestruturação(a)	1.561.969	223.516	139.333	111.503	77.026	56.285	36.814	5.825	25.505	75.006 (f)	439.466	2.752.248
Adições	58.647	2.258	3.723	2.534	34.468	4	4.127 (c)	-	-	12.535	366.169 (b)	466.830
Transferências (b)	394.163	71.165	34.824	28.782	4.513	-	-	1.820	-		(535.267)	-
Baixas	(11.232)	-	(360)	(996)	(1.696)	-	(31.302) (d)	-	-	(461)	(387)	(46.434)
Depreciação	(62.434)	(9.544)	(5.766)	(3.050)	(3.887)	(2.003)	(421)	(227)	(911)	(3.536)	-	(91.778)
Em 31 de dezembro de 2021	1.941.113	287.395	171.754	138.773	110.424	54.286	9.218	7.418	24.594	83.544 (f)	268.182	3.096.701

						Cor	nsolidado					
	Aero- geradores	Obras civis	Obras elétricas	Custos financei- ros	Outros imobilizado s	Linha de Transmissã o	Provisão para Desmobi- lização	Custos ambientais	Custo de transação	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021	1.941.113	287.395	171.754	138.773	110.424	54.286	9.218	7.418	24.594	83.544 (f)	268.182	3.096.701
Adições	12.074	579	1.242	-	1.926	-	=	5.424	=	26.120 (e)	404.269(b)	451.634
Baixas	(3.075)	-	-	-	(271)	-	(1.673)	-	-	-	-	(5.019)
Depreciação	(78.274)	(11.479)	(6.812)	(3.264)	(5.152)	(2.182)	(442)	(276)	(976)	(3.998)	-	(112.855)
Em 31 de dezembro de 2022	1.871.838	276.495	166.184	135.509	106.927	52.104	7.103	12.566	23.618	105.666	672.451	3.430.461

- a) Referem-se aos ativos imobilizados que foram adicionados por meio da transferência de todas as ações de emissão das holdings do Grupo Rio Energy para a Rio Energy Participações, decorrente do processo de reestruturação societária, ocorrido em 5 de fevereiro de 2021, conforme detalhado nas notas explicativas nº 1.1.
- b) Refere-se aos ativos imobilizados dos projetos em implantação das SPEs do Grupo Humaitá.
- c) Com a entrada em operação das controladas, eólicas SDB Álfa, SDB B, SDB C, SDB D, SDB Eco e SDB F, a Companhia contabilizou no imobilizado em contrapartida a rubrica de provisão para desmobilização, nota explicativa nº23, no exercício de 2021, a provisão para desmobilização dos equipamentos e para restauração do terreno no valor de R\$ 4.127, conforme determinado no contrato do proprietário do terreno. A estimativa foi mensurada a valor presente (AVP) dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto de mercado.
- d) Revisão das premissas e taxas do cálculo da provisão dos passivos para desmobilização nota explicativa nº 23.
- e) Novos contratos de arrendamento constituídos no Grupo Humaitá no montante de R\$ 22.828; Remensuração dos passivos de arrendamento em função de ajuste de IPCA, efeito de R\$ 3.292. CPC 06 (IFRS 16), item 42.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) De maneira apresentar adequadamente a essência das operações, foi reclassificado R\$ 2.000, em 31 de dezembro de 2021, para o grupo do intangível, referente à direitos em estudos e projetos que primariamente foram classificados como Direito de Uso – Arrendamentos no grupo de imobilizado, mas que em essência atendem aos requisitos de reconhecimento de ativo intangível pelo CPC – 04 Ativo Intangível (IAS 38).

Análise de perda ao valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Administração da Companhia identificou a existência de eventos e/ou mudanças no exercício 2022, que podiam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração dos Complexo Eólico Itarema (Grupo Ipanema), Complexo Eólico Caetité (Grupo Lagoa) e Complexo Eólico Caetité Norte (Grupo Humaitá), considerados pela administração como Unidades Geradoras de Caixa – UCG, bem como a existência de ágios (*Goodwill*) adquiridos em combinação de negócios, exigindo conforme o CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS- 36) a realização de testes para verificação de possível perda do seu valor recuperável.

A Companhia elabora internamente os modelos de *Valuation* de cada Complexo Eólico que são utilizados para a marcação à mercado dos fundos de participações e investimentos – FIPs. Os modelos de *Valuation* utilizam projeções de fluxo de caixa descontados, com projeções de fluxos de caixa para o período de 35 anos a partir da data de operação comercial (Commercial Operation Date (COD)) dos projetos, descontados por uma taxa de 6,5% a.a. para projetos operacionais (Grupo Ipanema e Lagoa), 7% a.a. para projetos em construção (Grupo Humaitá) e 8% a.a. para projetos em desenvolvimento (Grupo Urca).

De modo a atender os procedimentos de teste de recuperabilidade, foi utilizado o valor atribuído ao Enterprise Value (EV) pelos modelos de *Valuation*, utilizando a premissa de 2% (dois porcento) para gastos incrementais atribuídos à venda para cada UCG de maneira a estimar seu Valor Justo Líquido de Vendas. Cumpre destacar que o valor justo calculado pelo *Valuation* e utilizado pela Administração para fins do teste de recuperabilidade é considerado de nível 3, na Hierarquia de valor justo, descrita no CPC - 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13 – Fair Value Measurement).

Em função do Valor Justo Líquido de despesa de venda estimado por meio do Valuation exceder o valor contábil do ativo mais qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), não há desvalorização do ativo a ser reconhecido e conforme o CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36), , não sendo, portanto, necessário estimar o valor em uso das UCGs.

Após a aplicação dos testes e da confirmação de que o valor contábil das referidas UGC não excede o valor recuperável, a administração concluiu, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que os ativos não estavam desvalorizados, não existindo a necessidade de registrar qualquer provisão para perda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis servidão de passagem e estudos e projetos possuem vinte anos de vida útil. O direito de uso de superfície possui 35 anos de vida útil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O valor de servidão de passagem são contratos firmados com indivíduos proprietários de imóveis por onde passam estruturas dos parques eólicos. Os valores classificados na rubrica de "Estudos e projetos" referem-se aos ativos adquiridos conforme contrato de compra de ativos e/ou direitos com os desenvolvedores do projeto.

Os custos de "Servidão de Passagem" e "Estudos e Projetos" são amortizados linearmente pelo prazo de 20 anos, em linha com a vida útil dos ativos associados.

Os ativos consistem nos direitos de uso necessários para o desenvolvimento dos projetos eólicos, que estão em fase pré-operacional.

A administração da Companhia não identificou evidências ou indicações de que os ativos intangíveis não sejam recuperáveis, uma vez que as condições para desenvolvimento dos projetos seguem válidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	(Consolidado	
	Servidão de	Estudos e	
	passagem	projetos	Total
Em 31 de dezembro de 2021	8.851	153.418 (a)	162.269
Adição Amortização	(222)	1.379 (3.018)	1.379 (3.240)
Em 31 de dezembro de 2022	8.629	151.779	160.408
	Servidão de passagem	Consolidado Estudos e projetos	Total
5 . 04 . b . b . c . b . c . c . c . c . c . c	passagem	-	
Em 31 de dezembro de 2020		10.101	10.101
Adições - reestruturação societária (b) Adições (c) Reclassificação (a) Baixas Amortização	4.189 4.866 - (204)	126.456 19.495 2.000 (1.868) (2.766)	130.645 24.361 2.000 (1.868) (2.970)
Em 31 de dezembro de 2021	8.851	153.418	162.269

O - -- - - 1! -! - -! -

⁽a) De maneira apresentar adequadamente a essência das operações, foi reclassificado R\$ 2.000 do grupo do Imobilizado – Direitos de Uso, em 31 de dezembro de 2021, referentes à direitos em estudos e projetos que primariamente foram classificados como Direito de Uso – Arrendamentos, mas que em essência atendem os requisitos de reconhecimento de ativo intangível pelo CPC – 04 Ativo Intangível (IAS 38).

⁽b) Referem-se aos ativos intangíveis que foram adicionados por meio da transferência de todas as ações de emissão das holdings do Grupo Rio Energy para a Rio Energy Participações, decorrente do processo de reestruturação societária, ocorrido em 5 de fevereiro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

⁽c) Referem-se principalmente aos ativos intangíveis que foram adicionados por meio de combinação de negócios – nos valores de R\$694 (gastos capitalizados adquirido na aquisição da Urca I e contido na adição de estudos e projetos), R\$18.090 (Ágio em investimento aquisição Urca I contidos na adição de estudos e projetos) e R\$4.866 (direito de uso de superfície), detalhes na nota explicativa nº10.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores e outras obrigações

_	Contro	ladora	Consol	idado
- -	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores (a)	745	1.100	24.608	43.173
Provisões de compra de energia	-	-	722	47.480
MCP a pagar	-	-	865	120
Retenções contratuais (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	138	729
Total	745	1.100	26.333	91.502

A rubrica de contas a pagar com fornecedores refere-se principalmente a:

- (a) aquisição de serviços, materiais e equipamentos, aplicados na manutenção e operações dos parques eólicos e provisões de prestação de serviços ainda não faturados aplicados nas operações e manutenções dos parques eólicos; e
- (b) retenção contratual referente a 30% do valor nocional do contrato de um fornecedor de compra energia da Controlada Jardim Botânico Geração de Energia e Participações.

14. Empréstimos e financiamentos

	Control	adora	Conso	lidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos BNDES	-	-	1.387.807	1.418.550
Financiamentos BNB	-	-	927.800	451.464
Cédula de crédito bancário	-	-	245.520	273.523
Nota promissória comercial	416.004	372.188	416.004	372.188
(-) Custos de transação	(3.448)	(967)	(94.439)	(80.708)
Total	412.556	371.221	2.882.692	2.435.017
Passivo circulante Passivo não circulante	412.556	371.221 -	632.956 2.249.736	613.220 1.821.797

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Empréstimos e financiamentos

nso		

Controladas	Instituição Financeira	Modalidade	Assinatura do Contrato	Vencimento	Таха (а.а.)	31/12/2022	31/12/2021	Valor do contrato
Eólica Caetité A	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	01/06/2015	15/07/2032	TJLP + 2,18%	59.412	63.134	70.400
Eólica Caetité B	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	01/06/2015	15/07/2032	TJLP + 2,18%	48.564	51.601	57.480
Eólica Caetité C	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	01/06/2015	15/07/2032	TJLP + 2,18%	21.360	22.623	24.150
Eólica Itarema I	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	15/10/2015	15/06/2035	IPCA + 4,94%	57.047	56.092	96.795
Eólica Itarema II	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	15/10/2015	15/06/2035	IPCA + 4,94%	41.025	40.338	86.921
Eólica Itarema III	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	15/10/2015	15/06/2035	IPCA + 4,94%	21.108	20.755	49.958
Eólica Itarema IV	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	15/10/2015	15/06/2036	IPCA + 4,98%	48.253	47.445	67.054
Eólica Itarema V	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	15/10/2015	15/06/2035	IPCA + 4,94%	58.689	57.706	62.563
Eólica Itarema VI	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	15/10/2015	15/06/2036	IPCA + 4,98%	57.458	56.496	77.812
Eólica Itarema VII	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	15/10/2015	15/06/2036	IPCA + 4,98%	42.437	41.727	66.856
Eólica Itarema VIII	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	15/10/2015	15/06/2036	IPCA + 4,98%	33.392	32.833	59.538
Eólica Itarema IX	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	15/10/2015	15/06/2036	IPCA + 4,98%	68.815	67.663	85.025
Eólica SDB II	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	116.143	119.712	118.200
Eólica SDB VI	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	90.071	93.384	91.562
Eólica SDB VII	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	105.408	109.285	107.335
Eólica SDB VIII	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	102.543	106.314	105.450
Eólica SDB IX	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	97.686	101.279	100.192
Eólica SDB X	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	107.322	111.270	109.319
Eólica SDB XI	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	100.707	104.467	102.573
Eólica SDB XII	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	13/03/2017	15/05/2035	TJLP + 2,48%	110.367	114.426	113.287
SDB Alfa	BNB	Financiamento de Longo Prazo	29/03/2019	15/04/2039	IPCA + 2,4577% x 0,85 de Bônus ¹	58.064	61.962	61.707
SDB B	BNB	Financiamento de Longo Prazo	29/03/2019	15/04/2039	IPCA + 2,4577% x 0,85 de Bônus ¹	86.152	91.959	91.996
SDB C	BNB	Financiamento de Longo Prazo	29/03/2019	15/04/2039	IPCA + 2,4577% x 0,85 de Bônus ¹	72.076	76.740	76.644
SDB D	BNB	Financiamento de Longo Prazo	29/03/2019	15/04/2039	IPCA + 2,4577% x 0,85 de Bônus ¹	85.987	91.439	91.217
SDB Eco	BNB	Financiamento de Longo Prazo	29/03/2019	15/04/2039	IPCA + 2,4577% x 0,85 de Bônus ¹	64.620	69.184	69.287
SDB F	BNB	Financiamento de Longo Prazo	29/03/2019	15/04/2039	IPCA + 2,4577% x 0,85 de Bônus ¹	56.663	60.180	59.922
Brejinhos Alfa	BNB	Financiamento de Longo Prazo	30/12/2019	15/01/2044	IPCA + 1,3579% x 0,85 de Bônus ¹	101.238	-	111.717
Brejinhos B	BNB	Financiamento de Longo Prazo	30/12/2019	15/01/2044	IPCA + 1,3579% x 0,85 de Bônus ¹	109.801	-	121.181
Caetité D	BNB	Financiamento de Longo Prazo	30/12/2019	15/01/2044	IPCA + 1,3579% x 0,85 de Bônus ¹	130.311	-	143.799
Caetité Eco	BNB	Financiamento de Longo Prazo	30/12/2019	15/01/2044	IPCA + 1,3579% x 0,85 de Bônus ¹	98.695	-	108.911
Caetité F	BNB	Financiamento de Longo Prazo	30/12/2019	15/01/2044	IPCA + 1,3579% x 0,85 de Bônus ¹	64.193	-	70.838
Ipanema Geração de Energia S.A.	BTG Pactual	Cédula de Crédito Bancário	31/08/2020 e 26/11/2020	31/08/2024	CDI + 3,35%	245.520	273.523	285.000

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Controladas	Instituição Financeira	Modalidade	Assinatura do Contrato	Vencimento	Taxa (a.a.)	31/12/2022	31/12/2021	Valor do contrato
Rio Energy								
Participações	N/A	Nota Promissória Comercial	02/07/2021	02/07/2022	CDI + 3,50%	-	372.188	355.000
S.A.								
Rio Energy								
Participações	N/A	Nota Promissória Comercial	04/07/2022	04/07/2023	CDI + 3,75%	416.004	-	400.000
S.A.								
Humaitá	N/A	Nota Comercial	21/03/2022	21/09/2022	CDI + 2,30%	-	-	350.000
Luzeiros I	BNB	Financiamento de Longo Prazo	28/12/2022	15/01/2047	IPCA + 4,3583% x 0,85 de Bônus ¹	-	-	75.000
Luzeiros II	BNB	Financiamento de Longo Prazo	28/12/2022	15/01/2047	IPCA + 4,3583% x 0,85 de Bônus ¹	-	-	75.000
Luzeiros III	BNB	Financiamento de Longo Prazo	28/12/2022	15/01/2047	IPCA + 4,3583% x 0,85 de Bônus ¹	-	-	75.000
Luzeiros IV	BNB	Financiamento de Longo Prazo	28/12/2022	15/01/2047	IPCA + 4,3583% x 0,85 de Bônus ¹	-	-	75.000
Subtotal						2.977.131	2.515.725	3.994.689
Custo de transação	1					(94.439)	(80.708)	-
Total						2.882.692	2.435.017	3.994.689

¹ Bônus de adimplência de 15% conforme contrato de financiamento do BNB.

b) Custo de transação

Os custos de transação da dívida, compreendendo comissões pagas a agentes financeiros (bancos coordenadores) responsáveis pela captação foram contabilizados em conta redutora de empréstimo no exercício como Custo de transação.

c) Garantias

c.1) BNDES

Como garantia do pagamento dos financiamentos com o BNDES, as controladas da Companhia apresentaram (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CCEARs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para produção independente de energia; (ii) contrato de penhor de máquinas e equipamentos e outras avenças; (iii) Contrato de penhor de ações da holdings e controladas; (iv) cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados; e (v) fianças bancárias de 100% dos financiamentos até a Conclusão Financeira (atingimento dos índices).

c.1.1) Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. (Eólicas Serra da Babilônia)

No dia 2 de setembro de 2021, o BNDES encaminhou os termos de exoneração das fianças bancárias que garantiram o financiamento do BNDES a fim de exonerar, para todos os fins de direito, as fianças prestadas pelos bancos fiadores. Em 3 de setembro de 2021, a Companhia enviou tais termos aos bancos fiadores para a partir dessa data não haver mais cobrança relativa aos custos das fianças.

c.2) BNB

Como garantias ao pagamento dos financiamentos junto ao BNB:

As Eólicas Serra da Babilônia Fase 3 (Jardim Botânico) apresentaram fianças bancárias de 100% do valor desembolsado. Já os fiadores, Banco Bradesco e Banco do Brasil, possuem como garantia à fiança emitida: (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos contratos de compra e venda de energia, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para produção independente de energia; (ii) o contrato de penhor de máquinas e equipamentos e outras avenças; (iii) o Contrato de penhor de ações da holdings e controladas; (iv) a cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados.

As Eólicas Caetité Norte (Humaitá) apresentaram fianças bancárias de 100% do valor desembolsado. Já o fiador, Banco Itaú, possui como garantia à fiança emitida: (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos contratos de compra e venda de energia, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para produção independente de energia; (ii) o contrato de alienação fiduciário de equipamentos; (iii) o Contrato de alienação fiduciária de ações SPEs; (iv) a cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados; (v) garantia fidejussória da Rio Energy Participações até a conclusão física do projeto.

c.3) BTG Pactual

Como garantia de pagamento dos empréstimos com o Banco BTG Pactual, a Ipanema Geração de Energia e Participações e o BTG Pactual celebraram Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, por meio do qual foi constituída a cessão fiduciária sobre os recebíveis, sobre a conta vinculada e eventuais ativos financeiros a serem adquiridos pela Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. em favor do BTG Pactual. Adicionalmente, os empréstimos do BTG Pactual possuem aval da Rio Energy Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

c.4) Empréstimos de curto prazo

Rio Energy Participações S.A

No dia 1 de julho de 2022, foi contratada a 1ª (primeira) emissão, em série única, de notas comerciais escriturais da Rio Energy Participações S.A., no valor total de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), emitidas em 04 de julho de 2022, com vencimento em 04 de julho de 2023. Os recursos da emissão foram utilizados para a liquidação da 1ª (primeira) emissão, em série única, de notas promissórias comerciais da Rio Energy Participações S.A., no valor total de R\$ 355.000 trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais, parcela única, emitidas em 02 de julho de 2021, com vencimento em 02 de julho de 2022. As notas promissórias comerciais não contam com quaisquer garantias reais ou fidejussórias.

d) Compromissos contratuais (Covenants)

Condições restritivas dos financiamentos BNDES:

Controladas	Descrição	Modalidade	Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)
Eólicas Serra da Babilônia	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	1,3
Eólicas Itarema	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	1,2
Eólicas Caetité	BNDES	Financiamento de Longo Prazo	1,2

Copacabana Geração de Energia e Participações S.A. (Eólicas Serra da Babilônia)

A dívida obtida junto ao BNDES possui cláusulas contratuais que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas demonstrações financeiras anuais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Copacabana e Eólicas Serra da Babilônia atingiram os indicadores requeridos contratualmente.

Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. (Eólicas Itarema)

As dívidas obtidas possuem cláusulas restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano referência com base em informações financeiras registradas nas demonstrações financeiras anuais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Ipanema e suas controladas atingiram os indicadores requeridos contratualmente.

Lagoa Geração de Energia e Participações S.A. (Eólicas Caetité)

As dívidas obtidas possuem cláusulas contratuais que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas demonstrações financeiras anuais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Lagoa e suas controladas atenderam os indicadores requeridos contratualmente.

e) Depósitos vinculados para garantia das operações

Os depósitos vinculados referem-se a contas correntes e aplicações financeiras vinculadas a parcela de curto prazo dos financiamentos.

f) Quadro de movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Controladora

Controladora			
Saldo em 31/12/2021	371.221		
Captação empréstimos	400.000		
Juros incorridos (resultado)	60.503		
Amortização dos custos de transação (resultado)	3.943		
Custo de Transação	(6.424)		
Liquidação empréstimos e financiamentos (Principal e juros)	(416.687)		
Saldo em 31/12/2022	412.556		
Controladora			
Saldo em 31/12/2020			
Captação nota promissória comercial	355.000		
Juros incorridos (resultado)	17.188		
Custo de Transação	(1.938)		
Amortização dos custos de transação	967		
Saldo em 31/12/2021	371.221		
Consolidado			
Saldo em 31/12/2021	2.435.017		
Captação empréstimos e financiamentos	1.251.500		
Juros incorridos (resultado)	266.638		
Juros capitalizados (imobilizado)	32.318		
Amortização dos custos de transação (resultado)	10.749		
Custo de transação	(24.482)		
Liquidação empréstimos e financiamentos (Principal e juros)	(1.089.048)		
Saldo em 31/12/2022	2.882.692		
Consolidado			
Saldo em 31/12/2020	-		
Adições - reestruturação societária (a)	1.968.232		

Saido em 31/12/2020	-
Adições - reestruturação societária (a)	1.968.232
Captação empréstimos	138.704
Captação nota promissória comercial	355.000
Juros incorridos e atualização (resultado)	192.307
Juros capitalizados e atualização (imobilizado)	14.006
Amortização dos custos de transação (resultado)	6.690
Custo de transação	(5.174)
Liquidação empréstimos e financiamentos (Principal e juros)	(234.748)
Saldo em 31/12/2021	2.435.017

(a) Referem-se aos empréstimos e financiamentos que foram adicionados por meio da transferência de todas as ações de emissão das holdings do Grupo Rio Energy para a Rio Energy Participações, decorrente do processo de reestruturação societária, ocorrido em 5 de fevereiro de 2021, conforme detalhado nas notas explicativas nº 1.1.

g) Cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022

	BNDES
1º de janeiro a 31 dezembro de 2023	88.580
1º de janeiro a 31 dezembro de 2024	94.837
1º de janeiro a 31 dezembro de 2025	103.868
1º de janeiro a 31 dezembro de 2026	108.381
1º de janeiro a 31 dezembro de 2027	113.004
1º de janeiro de 2028 a 15 junho de 2036	879.136
Subtotal	1.387.807
Custo de transação	(56.543)
Total	1.331.264
	BNB

1º de janeiro a 31 dezembro de 2023	39.896
1º de janeiro a 31 dezembro de 2024	35.275
1º de janeiro a 31 dezembro de 2025	31.272
1º de janeiro a 31 dezembro de 2026	32.317
1º de janeiro a 31 dezembro de 2027	33.819
1º de janeiro de 2028 a 15 janeiro de 2044	755.220
Subtotal	927.800
Custo de transação	(19.303)
Total	908.497

	Cédula de Crédito Bancário
1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023	117.270
1º de janeiro de 2024 a 31 de agosto de 2024	128.250
Subtotal	245.520
Custo de transação	-
Total	245.520
	Nota promissória
1º de janeiro a 4º de julho de 2023	416.004
Subtotal	416.004
Custo de transação	(18.593)
Total	397.411
	Consolidado
	Total empréstimos e financiamentos

	financiamentos
1º de janeiro de 2023 a 31 dezembro de 2023	661.750
1º de janeiro de 2024 a 31 dezembro de 2024	258.362
1º de janeiro de 2025 a 31 dezembro de 2025	135.140
1º de janeiro de 2026 a 31 dezembro de 2026	140.699
1º de janeiro de 2027 a 31 dezembro de 2027	146.824
1º de janeiro de 2028 a 15 janeiro de 2044	1.634.356
Subtotal	2.977.131
Custo de transação	(94.439)
Total	2.882.692

15. Debêntures

	Consoli	dado
	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures de infraestrutura	243.043	237.013
Debêntures em tesouraria (-) Custo de transação	(38.959) (4.191)	(5.203)
Total	199.893	231.810
Passivo circulante Passivo não circulante	11.383 188.510	8.838 222.972

a) Debêntures de infraestrutura

Consolidado

Controladas	Modalidade	Assinatura do Contrato	Vencimento	Таха (а.а.)	31/12/2022	31/12/2021	Valor do contrato
Caetité Geração de Energia e Participações S.A.	Debêntures de infraestrutura	30/12/2015	15/12/2028	IPCA + 9,3128%	-	38.063	33.500
Itarema Geração de Energia e Participações S.A.	Debêntures de infraestrutura	05/06/2017	15/12/2028	IPCA + 7,8067%	62.222	63.396	111.760

		•			Total	199.893	231.810	273.040
					Custo de transação	(4.191)	(5.203)	-
					Subtotal	204.084	237.013	273.040
Copaca	bana Geração de Energia e Participações S.A.	Debêntures de infraestrutura	10/08/2018	15/04/2033	IPCA + 8,4717%	141.862	135.554	127.780

b) Custo de transação

Os custos de transação das debêntures, compreendendo comissões pagas a agentes financeiros responsáveis pela captação foram contabilizados em conta redutora das debêntures no exercício como custo de transação.

c) Garantias

Como garantia do pagamento das debêntures com a Pentágono DTVM S.A. (Copacabana) e Planner Trustee DTVM Ltda. (Caetité), na qualidade de Agentes Fiduciários representando os debenturistas (Agentes Fiduciários), a Companhia apresentou: (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CCEARs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para produção independente de energia; (ii) o contrato de penhor de máquinas e equipamentos e outras avenças; (iii) o contrato de penhor de ações da holdings e controladas; e (iv) a cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados.

d) Compromissos contratuais (Covenants)

Condições restritivas das debêntures:

Controladas	Descrição	Modalidade	Indice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)
Copacabana Geração de Energia e Participações S.A.	Debêntures	Debêntures de Infraestrutura	1,3
Itarema Geração de Energia e Participações S.A.	Debêntures	Debêntures de Infraestrutura	1,2
Caetité Geração de Energia e Participações S.A.	Debêntures	Debêntures de Infraestrutura	1,2

As informações de cumprimento dos ICSD estão mencionadas no item (d) da Nota 14.

e) Quadro de movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures é como segue:

Consolidado	
Saldo em 31/12/2021	231.810
Juros incorridos e atualização (resultado)	32.470
Amortização dos custos de transação (resultado)	1.013
Recompra da debênture de Caetité (principal + juros)	(38.959)
Prêmio da debênture de Caetité	(3.737)
Liquidação de debêntures	(22.704)
Saldo em 31/12/2022	199.893
Consolidado	
Saldo em 31/12/2020	-
Adições – reestruturação societária (a)	217.621
Juros incorridos e atualização (resultado)	37.552
Amortização dos custos de transação (resultado)	458
Liquidação de debêntures	(23.821)
Saldo em 31/12/2021	231.810

(a) Refere-se as debêntures que foram adicionadas por meio da transferência de todas as ações de emissão das holdings do Grupo Rio Energy para a Rio Energy Participações, decorrente do processo de reestruturação societária, ocorrido em 5 de fevereiro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

f) Cronograma de amortização das debêntures em 31 de dezembro de 2022

	Consolidado
	Total debêntures
1º de janeiro de 2023 a 31 dezembro de 2023	12.246
1º de janeiro de 2024 a 31 dezembro de 2024	12.950
1º de janeiro de 2025 a 31 dezembro de 2025	12.109
1º de janeiro de 2026 a 31 dezembro de 2026	14.203
1º de janeiro de 2027 a 31 dezembro de 2027	21.703
1º de janeiro de 2028 a 15 abril de 2033	130.873
Subtotal	204.084
Custo de transação	(4.191)
Total	199.893

16. Arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento (terrenos de parques eólicos - Eólicas: Caetité, Itarema, Copacabana e Jardim Botânico)	-	-	123.266	94.781
Arrendamento (escritório da Companhia no bairro Jardim Botânico - RJ)	2.266	3.280	2.266	3.280
,	2.266	3.280	125.532	98.061
Passivo circulante	1.057	979	6.539	9.630
Passivo não circulante	1.209	2.301	118.993	88.431

<u>Arrendamento (terrenos de parques eólicos - Eólicas: Caetité, Itarema, Copacabana e Jardim Botânico e escritório do Grupo Rio Energy no bairro do Jardim Botânico – Rio de Janeiro)</u>

A Companhia arrenda terrenos onde são instalados os parques eólicos e vincula parte do arrendamento aos contratos de venda de energia. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

A Companhia também arrenda as salas comerciais, com contrato vigente de cinco anos, onde está a sede do Grupo Rio Energy no Jardim Botânico, RJ.

Esses foram os dados considerados conforme a política contábil da Companhia, que está de acordo com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), conforme nota explicativa nº 4 (j).

O requisito produziu os seguintes impactos na contabilização dos ativos e passivos, conforme demonstrado abaixo:

	Conso	lidado
Balanço patrimonial	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Direito de uso de ativo (ou dos terrenos)	121.421	93.952
Depreciação acumulada	(15.755)	(11.787)
Total do ativo	105.666	82.165
Passivo Circulante Passivo de arrendamento	6.539	9.630

Não circulante

Total do passivo	125.532	98.061
Passivo de arrendamento	118.993	88.431

O ativo decorrente do direto de uso está demonstrado na nota explicativa nº 11. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos contratuais mínimos de aluguel, trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Controlada	Objeto	Localidade 	Vencimento do contrato	Taxa % a.a.
Eólicas Caetité	Terrenos parque eólico	Bahia	Dez/2035	8,83%
Eólicas Itarema	Terrenos parque eólico	Ceará	Dez/2036	9,20%
Eólicas Serra da Babilônia	Terrenos parque eólico	Bahia	Out/2038	8,98%
Eólicas Jardim Botânico	Terrenos parque eólico	Bahia	Ago/2053	4,92%
Rio Energy Participações	Salas de escritório	Rio de Janeiro	Fev/2025	4,70%

Passivo de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	98.061
Juros incorridos (resultado)	10.316
Remensuração por inflação	3.292
Novos contratos (a)	22.828
Pagamentos	(8.965)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022	125.532

(a) Novos contratos de arrendamento constituídos no Grupo Humaitá no montante de R\$ 22.828.

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Adições - reestruturação societária (a)	85.640
Juros incorridos (resultado)	7.680
Pagamentos	(7.794)
Novos contratos	12.535
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021	98.061

(a) Referem-se aos arrendamentos que foram adicionados por meio da transferência de todas as ações de emissão das holdings do Grupo Rio Energy para a Rio Energy Participações, decorrente do processo de reestruturação societária, ocorrido em 5 de fevereiro de 2021, conforme detalhado nas notas explicativas nº 1.2 e 23.2.

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações

Menos de 1 ano	10.266
Entre 1 e 3 anos	22.593
Entre 3 e 5 anos	22.690
Acima de 5 anos	177.256

Subtotal	232.806
Valores não descontados Juros embutidos	(107.274)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022	125.532

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2021	83.544
Despesa de depreciação	(3.998)
Ajuste de inflação	3.292
Novos contratos	22.828
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2022	105.666

Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2020	
Adição (a)	75.006
Despesa de depreciação	(3.536)
Baixas	(461)
Novos contratos	12.535
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2021	

(a) Refere-se aos arrendamentos que foram adicionados por meio da transferência de todas as ações de emissão das holdings do Grupo Rio Energy para a Rio Energy Participações, decorrente do processo de reestruturação societária, ocorrido em 5 de fevereiro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.

Segue abaixo a contraprestação de arrendamento previstos para pagamento:

		Ajustado a valor
Fluxo de caixa	Nominal	presente
Contraprestação do arrendamento	232.806	125.532

As controladas da Companhia que tributam pelo lucro real possuem contrato de arrendamento com pessoas físicas, portanto não possuem PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo incorreu em despesas financeiras de arrendamento e depreciação que totalizaram R\$ 1.039 (Controladora) e R\$ 14.314 (Consolidado).

17. Obrigações fiscais e trabalhistas

	Control	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
PLR a empregados	5.422	5.452	6.788	6.487	

Obrigações trabalhistas	3.713	3.899	5.254	5.115
IRPJ a pagar	-	-	8.182	7.089
CSLL a pagar	-	-	4.911	3.859
PIS e COFINS a pagar	9	81	5.720	5.328
ICMS, ISS terceiros	6	3	116	1.429
PIS, COFINS, IR e CS terceiros	11	25	409	434
INSS	2	1	130	389
Outras obrigações fiscais	13	9	22	44
Total	9.176	9.470	31.532	30.174

18. Provisão de ressarcimento regulatório

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para ressarcimento anual – formado até 2020	17.102	16.078
Provisão para ressarcimento anual – formado até 2021	10.354	11.070
Provisão para ressarcimento anual – formado até 2022	51.132	-
Subtotal provisão para ressarcimento anual	78.588	27.148
Provisão para ressarcimento quadrienal - formado até 2020	29.229	26.567
Provisão para ressarcimento quadrienal - ainda em formação	39.023	24.598
Subtotal provisão para ressarcimento quadrienal	68.253	51.165
Total	146.841	78.313
Passivo circulante	30	42.644
Passivo não circulante	146.811	35.669

Provenientes de contratos de geração de energia firmados com clientes, onde existem cláusulas que obrigam as controladas, no caso de geração abaixo do contrato, a restituir os respectivos valores aos clientes.

Para a apuração das provisões para ressarcimento foram considerados valores de *constrained-off* estimados com base nas apurações do Operador Nacional do Sistema – ONS. Os montantes de ressarcimento apurados em 2021 foram reduzidos em R\$3.955 pelo reconhecimento do *constrained-off*. Os valores de ressarcimento só deverão ser cobrados quando a CCEE divulgar e recontabilizar o *constrained-off*.

A Companhia possui valores a pagar de anos e quadriênios encerrados em dezembro de 2020 que, de acordo com o cronograma de processamento dos ressarcimentos das usinas eólicas e solares fotovoltaica, devido a energia não fornecida por constrained-off, divulgado no comunicado nº 970/22 de 23 de dezembro de 2022.

A apuração do ressarcimento será feita de maneira gradual entre junho de 2023 e fevereiro de 2024, devendo ser pagos a partir de janeiro de 2024. As reapurações irão considerar a regra do "período transitório" que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de constrained-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021. Para o "período definitivo", referente a outubro de 2021 em diante, ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluído. Por esse motivo todos os valores de ressarcimento da Companhia foram classificados no longo prazo.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	78.313
Adição de provisão do ressarcimento anual – constituído (a)	51.519
Adição de saldo de provisão do ressarcimento quadrienal – em constituição	15.042
Reversão de provisão dp ressarcimento anual	(617)
Reversão de provisão do ressarcimento quadrienal - em constituição	(2.125)
Correção do ressarcimento anual constituído pela inflação	2.047
Correção do ressarcimento quadrienal constituído pela inflação	2.663
Saldo em 31 de dezembro de 2022	146.841

(a) Em função das penalidades contratuais das Eólicas Itaremas R\$ 47.476 e Caetité R\$ 8.043, devido a indisponibilidade do parque em função de trocas de componentes do ativo imobilizado.

19. Contas a pagar por aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Antigos acionistas - Bom Jesus Investimentos (a) Antigos acionistas - Complexo Eólico Itarema (b)	5.969	11.825 -	5.969	11.825 8.335
Total	5.969	11.825	5.969	20.160

Refere-se a contas a pagar aos antigos acionistas das empresas adquiridas pelo Grupo Rio Energy.

- (a) Referente à segunda parcela pela compra da Bom Jesus Investimentos Fotovoltaicos S.A (Urca fase I). R\$ 368 de atualização monetária pela variação positiva do IPCA; R\$ (5.912) pagos aos vendedores; e R\$ (312) compensados pelo cancelamento da opção de compra de Fase II.1 (nota explicativa nº10).
- (b) Referente ao Complexo Eólico de Itarema com base no aditivo assinado em 2 de dezembro de 2021, referente ao contrato assinado em 13 de maio de 2013, que estipulava uma participação econômica futura que foi liquidada pelo acordo estabelecido no aditivo.

20. Partes relacionadas

20.1. Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora		
	31/12/2022	31/12/2021	
Rio Energy Comercializadora de Energia S.A.		1	
Paraipaba Geração de Energia S.A.	-	72	
Ativo não circulante - Adiantamento para futuro aumento de capital		73	

20.2. Contas a pagar

	Control	Controladora		olidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FIP I (a)			4.572	4.572
Passivo não circulante	-	-	4.572	4.572

(a) Em 28 de maio de 2019, a Humaitá Geração de Energia e Participações e o FIP I celebraram instrumento particular de compra e venda das ações da EOL III detidas pelo FIP I, por meio do qual o vendedor cedeu e transferiu ao comprador 100% (cem por cento) de suas ações ordinárias na EOL III no valor de R\$ 18.289, nominativas e sem valor nominal. Em setembro de 2019 ocorreu o pagamento de R\$ 9.144 (50% do valor de 18.289) ao FIP I. e em 19 de dezembro de 2019 o segundo pagamento, no valor de R\$ 4.572 (25% do valor de R\$18.289). Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a ser liquidado é de R\$ 4.572 com previsão de pagamento para o segundo semestre de 2024, quando o parque eólico entrará em operação. A EOL III foi incorporada em 13 de junho de 2019.

20.3. Remuneração dos administradores

Até abril de 2021, a remuneração das pessoas chave da administração, composta pela Diretoria, foi realizada pela Rio Energy Projetos de Energia S.A., empresa adquirida pela Companhia através do processo de reestruturação realizado no dia 5 de fevereiro de 2021.

A partir de maio de 2021, a remuneração das pessoas chave da administração começou a ser efetuada pela Rio Energy Participações S.A.

Resultado	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração bruta total e benefícios	7.816	6.918

21. Tributos diferidos

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL diferido	4.484	4.818
Total	4.484	4.818

22. Provisões socioambientais

	Consol	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	
Compensação ambiental	9.881	5.411	

Com a finalidade de atender ao preconizado na orientação OCPC 05 (Contrato de Concessão, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)), a Companhia registrou os custos ambientais futuros decorrentes da Licença Prévia ("LP"), da Licença de Instalação ("LI") e programas ambientais, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações. Trata-se de custos referentes a compensação ambiental dos empreendimentos (SDB fase 1 e SDB Fase 3). A compensação ambiental é uma exigência legal (Lei nº 9.985/2000) nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA). Em 2022 a Companhia recebeu a notificação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídrico (INEMA) para as SPEs do grupo, e considerando os fatos de acordo com a exigência legal, a administração revisitou a estimativa e provisionou os valores correspondentes conforme informado na notificação do INEMA.

23. Provisão para desmobilização

	Consc	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021		
Desmobilização aerogerador	15.994	15.316		
Desmobilização infraestrutura elétrica	1.425	1.795		
Total	17.419	17.111		

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, considerada a entrada em operação das controladas do grupo Copacabana e Jardim Botânico, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos. A estimativa foi mensurada utilizando o valor presente (AVP) dos gastos necessários para liquidar a obrigação, pelo período de 30 anos, usando uma taxa de desconto. A taxa de desconto utilizada para o valor presente dos fluxos de caixa é uma taxa de juros livre de risco, sendo utilizada na Rio Energy no momento do reconhecimento da provisão, a taxa dos títulos do governo brasileiro com vencimento em 10 anos (NTNF).

Abaixo o quadro com as taxas utilizadas para cada projeto.

Projeto	Título	Таха
Serra da Babilônia Fase 1 (Copacabana)	NTNF 2029	13,00 % a.a
Serra da Babilônia Fase 3 (Jardim Botânico)	NTNF 2031	13,02% a.a

As estimativas incluem desmobilização de todos os bens equipamentos de geração, medição instalados e afixados nos terrenos que sejam relacionados à Companhia.

Saldo em 31	de de	zembro de	2021		17.111
Atualização	da	provisão	para	desmobilização	(1.673)
Conacahana	e JR			-	(1.073)

Resultado Financeiro Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.981 17.419
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Adição – reestruturação societária	46.690
Atualização da provisão dos custos para desmobilização Copacabana	4.127
Adição da provisão dos custos para desmobilização Jardim Botânico	(31.302)
Resultado Financeiro	(2.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.111

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.087.419, representado por 783.227 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.005.413, representado por 701.219 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

24.2. Movimentação do Capital social no exercício

Reestruturação societária - 2021

As Assembleias Gerais Extraordinárias - AGE's, de 5 de fevereiro de 2021, aprovaram o aumento de capital na Companhia, pelos acionistas FIP I e FIP II, mediante a transferência de todas as ações de emissão das holdings que detinham, direta ou indiretamente, os projetos (operacionais ou não) do Grupo Rio Energy. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a ser a holding de todos os ativos do Grupo Rio Energy, que gerou um aporte de capital de R\$ 890.911.

Aumentos de capital (Valores em reais) - 2022

Data da AGE	Quantidade de ações (unidade)	Valor Unitário (Em Reais)	Valor Total (Em Reais)	Controlador que realizou o aumento de capital
14/10/2022	34.496.924	R\$ 1,0000	R\$ 34.496.924,30	FIP I
14/10/2022	11.224.770	R\$ 1,0000	R\$ 11.224.770,99	FIP II
27/12/2022	8.785.193	R\$ 1,0881	R\$ 9.559.168,50	FIP II
27/12/2022	27.500.921	R\$ 0,9718	R\$ 26.725.395,02	FIP I
Total	82.007.808	-	R\$ 82.006.258,81	-

24.3. Controladores

Composição acionária da Rio Energy Participações em 31 de dezembro de 2022:

Participação (%)
75,60%
24,40%
100,00%

24.4. Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos das empresas da Companhia obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas. As destinações do lucro líquido das empresas da Companhia são demonstradas a seguir:

- (i) 5% para reserva legal, até atingir 20% (vinte por centro) do capital social subscrito;
- (i) constituição para reserva de contingências, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral;
- (ii) pagamento de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Estatuto Social.
- (iii) retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela administração e aprovado por Assembleia Geral; e
- (iv) saldo de lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto pela administração e deliberação da Assembleia Geral.

Os acionistas terão direito de receber, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A.

Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral, aprovar destinar o acesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

A Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação dos lucros, observados os limites legais pertinentes.

24.5. Resultado por ação

Na tabela a seguir apresenta o prejuízo por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora Acumulado		Consolidado Acumulado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo básico por ação:				
Prejuízo do exercício (R\$)	(106.343)	(77.551)	(106.343)	(77.551)
Número de ações (unidades - milhares)	715.673	643.786	715.673	643.786
Prejuízo do exercício básico por ação (R\$)	(0,15)	(0,12)	(0,15)	(0,12)
Prejuízo diluído por ação:				
Prejuízo do exercício (R\$)	(106.343)	(77.551)	(106.343)	(77.551)
Número de ações (unidades - milhares)	715.673	643.786	715.673	643.786
Prejuízo do exercício diluído por ação (R\$)	(0,15)	(0,12)	(0,15)	(0,12)

25. Receita líquida

	Consolidado		
	2022	2021	
Receita operacional - geração de energia elétrica	613.207	518.628	
Provisão para ressarcimento regulatório	(68.012)	(5.912)	
Impostos sobre vendas	(25.208)	(28.769)	
Total	519.987	483.947	

26. Custos da energia vendida

	Consolidado		
	2022		
Depreciação e amortização	(113.579)	(93.094)	
Compra de energia (a)	(7.519)	(46.631)	
Custo com serviços de operação e manutenção	(52.258)	(33.898)	
Custo de transmissão e energia	(38.600)	(29.430)	

Total	(222.694)	(206.807)
Outros custos operacionais	(8.382)	(2.317)
Arrendamento de terras	(2.356)	(1.437)

⁽a) Valores relativos a contratos bilaterais no ambiente livre de operações de compra de energia para a manutenção do balanço energético do Grupo.

27. Gerais e administrativas

	Controla	Controladora		idado
	2022	2021	2022	2021
Pessoal e encargos sociais	(35.318)	(26.432)	(44.080)	(36.235)
Consultorias e Assessorias	(4.278)	(10.878)	(20.892)	(28.649)
Serviços gerais	(1.807)	(802)	(6.378)	(5.435)
Ocupações e bens	(830)	(292)	(4.182)	(3.839)
Manutenções e reparos	(15)	(7)	(624)	(3.989)
Depreciação e amortização	(973)	(429)	(2.516)	(1.655)
Impostos e taxas	(252)	(118)	(5.129)	(2.767)
Seguros	(62)	(24)	(8.752)	(4.150)
Viagens	(740)	(113)	(2.666)	(1.149)
Publicidade	(324)	(364)	(340)	(612)
Total	(44.599)	(39.459)	(95.559)	(88.480)

28. Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolida	Consolidado		
	2022	2021		
Recuperação de outros custos e despesas (a) Seguros	9.355 1.221	1.440		
Outras	151	361		
Total	10.727	1.801		

⁽a) Em 18 de novembro de 2022, foi assinado acordo de liquidação entre o fornecedor da turbina eólica, GE Power & Water Equipamentos e Serviços de Energia e Tratamento de Água Ltda., e as empresas pertencentes ao Grupo Jardim Botânico (SdB Alfa, SdB B, SdB C, SdB D, SdB Eco, SdB F), onde ficou acordado que, devido a reivindicações contratuais, a Companhia receberia o valor de R\$ 9.355, referente aos atrasos, indisponibilidade e outras perdas.

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas sobre aplicação financeira	4.567	9.660	64.053	25.188
Outras	175	1	667	1.027
Receitas financeiras	4.742	9.661	64.720	26.215
Juros sobre financiamentos	-	-	(168.655)	(154.787)
Juros sobre debêntures	-	-	(32.470)	(37.552)
Juros sobre empréstimos	(60.503)	(17.188)	(97.983)	(37.520)
Fianças bancárias	(147)	(40)	(12.040)	(29.262)
Juros sobre arrendamentos	(125)	(100)	(10.316)	(7.680)
Amortização dos custos de transação	(3.943)	(967)	(11.762)	(7.148)
Outras despesas financeiras (a)	(619)	(471)	(16.583)	(542)
Despesas financeiras	(65.337)	(18.766)	(349.809)	(274.491)
Resultado financeiro	(60.595)	(9.105)	(285.089)	(248.276)

⁽a) Atualização monetária dos ressarcimentos anual e quadrienal (R\$ 4.710 - nota explicativa nº 18), pagamento de prêmio pelo resgate antecipado das debêntures (R\$ 3.737 - nota explicativa nº 15) e multas e juros pagos aos fornecedores (R\$ 3.024).

30. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A abertura da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada como segue:

	Consolidado					
	IRI	PJ	CSLL		Total IRP	J e CSLL
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	-	-	-	-		-
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	246	226	89	81	334	307
Total Imposto de renda e contribuição social diferidos	246	226	89	81	334	307
Total Imposto de renda e contribuição correntes	(23.244)	(13.236)	(10.806)	(6.807)	(34.049)	(20.043)
Total Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(22.998)	(13.010)	(10.717)	(6.726)	(33.715)	(19.736)

Impostos de renda de contribuição social apurados de controladas com base no regime presumido

		Consolidado			
	IR	PJ	CSLL		
	2022	2021	2022	2021	
Receita operacional	601.351	545.562	601.351	545.562	
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	8%	12%	12%	
Base de cálculo	48.108	43.645	72.162	65.467	
Receitas financeiras	39.342	15.450	39.342	15.450	
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10% e 15%	10% e 15%	10% e 15%	9%	
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(21.238)	(11.453)	(10.035)	(5.911)	

Impostos de renda de contribuição social apurados de controladas com base no regime lucro real

	Consolidado			
	IRPJ		CSLL	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição corrente Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	(2.006)	(1.783)	(771)	(896)
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	246	226	89	81
Total	(1.760)	(1.557)	(682)	(815)

Em 31 de dezembro de 2022, as companhias possuíam crédito tributário no valor de R\$ 226.609 (R\$ 166.204 em 31 de dezembro de 2021), correspondente a 34% sobre o saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, não reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios.

31. Instrumentos financeiros, gestão de riscos e valores justos

31.1. Contratação de NDF - Non Deliverable Forward para os contratos de TSA - Turbinas (Controlada Humaitá e controladas indiretas)

Devido à exposição cambial dos pagamentos ao fornecedor de turbina das SPEs do Grupo Humaitá, foram celebrados Contratos a Termo de Moeda – NDF (*Non-Deliverable-Forward*), a fim de fixar o custo dos Aerogeradores total em reais (BRL) e minimizar desta forma, possíveis impactos no valor decorrentes de alterações nas taxas de câmbio. O valor justo do derivativo (NDF) em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ (258), impactando as adições do imobilizado em andamento em contrapartida as rubricas de passivo circulante - valor justo dos derivativos.

31.2. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, fornecedores, financiamentos e debêntures.

Ativos e passivos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão descritos a seguir:

			Controladora		Consolidado	
Ativos Financeiros	Nota	Mensuração	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos		Custo amortizado Valor justo por	82	1.041	20.282	19.832
Aplicações financeiras		meio do resultado	23.676	165.818	408.114	392.552
Caixa e equivalentes de caixa	5		23.758	166.859	428.396	412.384
Bancos Aplicações financeiras		Custo amortizado Custo amortizado	-	-	32.122 212.724	33.873 126.628
Depósitos vinculados	9	Custo amortizado			244.846	160.501
Contas a receber	6	Custo amortizado	<u> </u>	<u> </u>	61.805	52.194
Opção de compra de investimentos		Valor justo por meio do resultado	1.688	2.000	1.688	2.000
Valor justo dos derivativos	31.1	Valor justo por meio do resultado				2.113
Dividendos a receber	10	Custo amortizado	22.430			
Total dos ativos financeiros			47.876	168.859	736.735	629.192

			Controladora		Consc	olidado
Passivos Financeiros	Nota	Mensuração	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores e outras obrigações	13	Custo amortizado	745	1.100	26.333	91.502
Empréstimos e financiamentos	14	Custo amortizado	412.556	371.221	2.882.692	2.435.017
Debêntures	15	Custo amortizado	-	=	199.893	231.810
Passivos de arrendamento	16	Custo amortizado	2.266	3.280	125.532	98.061
Valor justo dos derivativos	31.1	Valor justo	-	=	268	-
Contas a pagar por aquisições de investimentos	19	Custo amortizado	5.969	11.825	5.969	20.160
Partes relacionadas	20	Custo amortizado	<u>-</u> _	<u> </u>	4.572	4.752
Total dos passivos financeiros			421.536	387.426	3.245.259	2.881.122

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

31.3. Gestão dos riscos

A Companhia possui em sua estrutura uma área responsável pelo monitoramento de processos de controles, visando assegurar que as normas e procedimentos internos possuam um nível mínimo adequado de segurança aos registros efetuados.

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

31.4. Riscos resultantes dos instrumentos financeiros

Os principais riscos que a Companhia possui exposição são os seguintes:

31.4.1. Risco de mercado

i) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em decorrência de empréstimos de longo prazo por ele celebrados cujas obrigações financeiras estão atreladas a taxa flutuante denominada Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha os seus empréstimos e financiamentos estabelecidos da seguinte forma:

- Os financiamentos, dos grupos Lagoa (Eólicas Caetité) e Copacabana (Eólicas Serra da Babilônia), com o BNDES, são atrelados à TJLP. A TJLP oficial, em 31 de dezembro de 2022, foi de 7,20% ao ano e no final do exercício de 2021 foi de 5,32% ao ano, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.
- Os financiamentos com o BNB e com o BNDES (grupo Ipanema eólicas Itarema) são atrelados ao IPCA.
 O IPCA oficial, em 31 de dezembro de 2022, foi de 5,79% ao ano e no final do exercício de 2021 foi de 10,06% ao ano, conforme estabelecido pelo IBGE.
- Os empréstimos com o BTG Pactual e as debêntures são atrelados ao CDI. O CDI oficial, em 31 de dezembro de 2022, foi de 13,75% ao ano e no final do exercício de 2021 foi de 9,15%, considerando o acompanhamento da taxa básica de juros Selic conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil -BACEN.

Caso o CMN venha a aumentar as taxas de juros, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da TJLP, do IPCA e da Selic, os encargos pagos pelas dívidas aumentarão, o que pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados.

ii) Risco de inflação

O Grupo está sujeito ao risco de inflação devido ao fato de grande parte de suas receitas operacionais e parte de seus financiamentos estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía 100% de suas receitas contratuais atreladas à IPCA. As taxas de inflação, no Brasil, nos exercícios de 2022 e 2021, foram de 5,79% e 10,06% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pela IBGE. Caso haja diminuição da inflação, as receitas diminuirão o que poderá afetar negativamente os seus negócios e seus resultados. Como parte dos financiamentos são atrelados ao IPCA, parte da dívida é capaz de criar um hedge natural por conta da diminuição de receitas em relação ao IPCA.

iii) Risco de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

O PLD é calculado pela CCEE diariamente para cada hora do dia seguinte, considerando a aplicação dos limites máximos (horário e estrutural) e mínimo vigentes para cada exercício de apuração e para cada submercado.

A Companhia está sujeito ao risco do PLD para os contratos de leilão de energia nova - LEN. Os contratos de compra e venda de energia celebrados pela Companhia no ambiente regulado preveem mecanismos onde geração de energia é apurada anualmente e em ciclos de quatro anos. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida pelo contrato, liquida-se o excedente a esta banda com base no PLD.

Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior estabelecida no contrato, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do exercício.

31.4.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração da Companhia.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado.

Em 2022 e em 2021, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco.

31.4.3. Risco de liquidez

A Companhia está exposta à capacidade de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade de pagamento, a previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos compromissos da Companhia, assim como divulgado na nota explicativa nº 1.3 - Continuidade operacional.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontado.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras obrigações	745	-	-	-
Contas a pagar por aquisições de investimentos	5.969	-	-	-
Empréstimos	449.727	-	-	-
Passivos de arrendamento	1.143	1.334	-	-
	457.584	1.334		
31 de dezembro de 2021				
Fornecedores e outras obrigações	1.100	-	-	-
Contas a pagar por aquisições de investimentos	12.482	-	-	-
Empréstimos	404.264	-	-	-
Passivos de arrendamento	979	2.287	346	
	418.825	2.287	346	-

	Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
31 de dezembro de 2022					
Fornecedores e outras obrigações	26.333	-	=	=	
Valor justo dos derivativos	268	-	-	=	
Contas a pagar por investimentos	5.969	-	-	=	
Empréstimos e financiamentos	915.444	757.434	591.191	2.369.032	
Debêntures	41.078	75.712	78.602	203.830	
Passivos de arrendamento	10.266	22.593	22.690	177.256	
	999.358	855.739	692.483	2.750.118	
31 de dezembro de 2021					
Fornecedores e outras obrigações	91.502	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	848.783	638.138	468.083	1.780.577	
Debêntures	43.649	98.563	102.106	177.286	

Passivos de arrendamento	9.630	18.732	19.046	122.991
Contas a pagar por aquisições de investimentos	21.281	=	-	-
	1.014.845	755.433	589.235	2.080.854

31.5 Gestão de capital

31.5.1. Gestão do risco de capital

A política da Companhia ao administrar seu capital é a de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia no longo prazo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total dos financiamentos e arrendamentos deduzidos do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados registrados no balanço. O capital total é apurado somando-se o total do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A Diretoria Corporativa da Companhia revisa trimestralmente sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de alavancagem financeira

		Consol	idado
Índice de endividamento	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e financiamentos	14	2.882.692	2.435.017
Total das debêntures	15	199.893	231.810
Total dos passivos de arrendamento	16	125.532	98.061
(-) Depósitos vinculados	9	(244.846)	(160.501)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(428.396)	(412.384)
(=)Dívida líquida		2.534.875	2.192.003
Total do patrimônio líquido	23	902.544	926.881
(=)Total do capital		3.437.419	3.118.884
Índice de alavancagem financeira		74%	70%

31.5.2 Objetivos com os riscos financeiros

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerando o julgamento da administração, foi requerida a interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

As condições financeiras e os resultados das futuras operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir.

Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus ativos e passivos financeiros, demonstrando os eventuais impactos sobre o seu resultado em 31 de dezembro de 2022, com base em premissas consideradas prováveis. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2022 foram das seguintes taxas: TJLP, CDI e IPCA.

(i) Variação na taxa de juros (TJLP)

Financiamentos BNDES atrelados a TJLP

~	nso	I: 4		_
	nso	ш	- 0	ю

	Exposição		Impacto	Impacto	Impacto
Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	(Cenário provável)	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e	959.583	Aumento da taxa TJLP	1.631	19.288	37.040
Financiamentos (*)	939.363	Aumento da taxa 13LF	1.031	19.200	37.040
Referência para financiamentos	3	Taxa de 31/12/2022	Taxa de 27/02/2023	25%	50%
TJLP (%)		7,20%	7,37%	9,21%	11,06%
(*) Valor bruto de custos de captação	o.				

Demonstra o saldo total da dívida com o BNDES em 31 de dezembro de 2022, considerando a TJLP de 7,20%. Para o ano de 2023 consideramos uma expectativa de 7,37%, conforme site do BNDES, com estimativa média das duas últimas evoluções históricas da TJLP.

Em relação aos financiamentos, os cenários A e B consideram um aumento na taxa TJLP de 25% e 50%, respectivamente.

(ii) Variação na taxa do CDI

Aplicações financeiras

	Con	trola	dora
--	-----	-------	------

	Exposição		Impacto	Impacto	Impacto
Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	(Cenário provável)	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros (*)	23.676	Queda da taxa CDI	(237)	(992)	(1.745)
Referência para ativos financeiros		Taxa de 31/12/2022	Taxa de 27/02/2023	25%	50%
CDI (%)		13,75%	12,75%	9,56%	6,38%
(*)Aplicações financeiras - caixa e eq	uivalentes de caixa.				

Consolidado

Operação	Exposição Saldo em 31/12/2022	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Ativos financeiros (*)	620.838	Queda da taxa CDI	(6.208)	(26.013)	(45.756)
Referência para ativos financeiros		Taxa de 31/12/2022	Taxa de 27/02/2023	25%	50%
CDI (%)		13,75%	12,75%	9,56%	6,38%
(*)Aplicações financeiras - caixa e eq	uivalentes de caixa	e depósitos vinculados.			

(*)Aplicações financeiras - caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

Demonstra o saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022, considerando o acompanhamento da taxa Selic, com estimativa de 13,75%. Para o ano de 2023 consideramos uma expectativa de 12,75%, de acordo com a expectativa do mercado de 27 de fevereiro de 2023.

Em relação as aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma queda na taxa CDI de 25% e 50%, respectivamente.

Empréstimos CCB

$\hat{}$	n	20	li,	42	A	_

Concondado						
Operação	Exposição Saldo em 31/12/2022	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B	
Empréstimos CCB (*)	245.520	Aumento da taxa CDI	(2.455)	5.377	13.209	
Referência para empréstimos		Taxa de 31/12/2022	Taxa de 27/02/2023	25%	50%	
CDI (%)		13,75%	12,75%	15,94%	19,13%	

(*) Valor bruto de custos de captação.

Demonstra o saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2022, considerando o acompanhamento da taxa Selic, com estimativa média de 13,75%. Para o ano de 2023 consideramos uma expectativa de 12,75%, de acordo com a expectativa do mercado de 27 de fevereiro de 2023.

Em relação aos empréstimos, os cenários A e B consideram um aumento na taxa CDI de 25% e 50%, respectivamente.

Nota promissória comercial

Consolidado					
Operação	Exposição Saldo em 31/12/2022	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Nota promissória comercial (*)	416.004	Aumento da taxa CDI	(4.160)	9.110	22.381
Referência para empréstimos		Taxa de 31/12/2022	Taxa de 27/02/2023	25%	50%
CDI (%)		13,75%	12,75%	15,94%	19,13%
(*) Valor bruto de custos de transação.					

Demonstra o saldo dos empréstimos em 31 de dezembro de 2022, considerando o acompanhamento da taxa Selic, com estimativa média de 13,75%. Para o ano de 2023 consideramos uma expectativa de 12,50%, de acordo com a expectativa do mercado de 27 de fevereiro de 2023.

Em relação aos empréstimos, os cenários A e B consideram um aumento na taxa CDI de 25% e 50%, respectivamente.

(iii) Variação na taxa do IPCA

<u>Debêntures</u>

Consolidado						
Operação	Exposição Saldo em 31/12/2022	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B	
Debêntures (*) Referência para Debêntures a pagar IPCA (%)	243.043	Aumento IPCA Taxa de 31/12/2022 5,79%	267 Taxa de 27/02/2023 5,90%	3.864 25% 7,38%	7.437 50% 8,85%	

^(*) Valor bruto de custos de captação.

Demonstra o saldo de debêntures a pagar em 31 de dezembro de 2022, considerando o acompanhamento do IPCA, com estimativa média de 5,79% ao ano. Para o ano de 2023 consideramos uma expectativa de 5,90% ao ano, de acordo com a expectativa do mercado de 27 de fevereiro de 2023.

Em relação as debêntures, os cenários A e B consideram um aumento na do IPCA de 25% e 50%, respectivamente.

Financiamentos BNDES atrelados ao IPCA

Consolidado						
	Exposição		Impacto	Impacto	Impacto	
Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	(Cenário provável)	Cenário A	Cenário B	
Financiamentos BNDES (*)	428.224	Aumento IPCA	471	6.809	13.104	
Referência para Financiamentos		Taxa de 31/12/2022	Taxa de 27/02/2023	25%	50%	
IPCA (%)		5,79%	5,90%	7,38%	8,85%	
(*) Valor bruto de custos de captação.						

Demonstra o saldo de financiamentos com o BNDES em 31 de dezembro de 2022, considerando o acompanhamento do IPCA, com estimativa média de 5,79% ao ano. Para o ano de 2023 consideramos uma expectativa de 5,90% ao ano, de acordo com a expectativa do mercado de 27 de fevereiro de 2023.

Em relação aos financiamentos, os cenários A e B consideram um aumento na taxa IPCA de 25% e 50%, respectivamente.

Financiamentos BNB

\sim	no	نام	i Ai	~~!	_

		Concondado			
Operação	Exposição Saldo em 31/12/2022	Risco	Impacto (Cenário provável)	Impacto Cenário A	Impacto Cenário B
Financiamentos BNB (*) Referência para Financiamentos IPCA (%)	927.800	Aumento IPCA Taxa de 31/12/2022 5,79%	1.021 Taxa de 27/02/2023 5,90%	14.752 25% 7,38%	28.391 50% 8,85%

^(*) Valor bruto de custos de captação.

Demonstra o saldo de financiamentos com o BNB em 31 de dezembro de 2022, considerando o acompanhamento do IPCA, com estimativa média de 5,79% ao ano. Para o ano de 2023 consideramos uma expectativa de 5,90% ao ano, de acordo com a expectativa do mercado de 27 de fevereiro de 2023.

Em relação aos financiamentos, os cenários A e B consideram um aumento na taxa IPCA de 25% e 50%, respectivamente.

Contas a pagar por aquisição de investimentos

Controladora e consolidado

-		oladora e consolidado			
	Exposição		Impacto	Impacto	Impacto
Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	(Cenário provável)	Cenário A	Cenário B
Contas a pagar por aquisição de investimentos	5.969	Aumento IPCA	7	95	183
		Taxa de 31/12/2022	Taxa de 27/02/2023	25%	50%
IPCA (%)		5,79%	5,90%	7,38%	8,85%

Demonstra o saldo de contas a pagar aos antigos acionistas das empresas adquiridas pelo Grupo Rio Energy, em 31 de dezembro de 2022, considerando o acompanhamento do IPCA, com estimativa média de 5,79% ao ano. Para o ano de 2023 consideramos uma expectativa de 5,90% ao ano, de acordo com a expectativa do mercado 27 de fevereiro de 2023.

Em relação ao contas a pagar por aquisição de investimentos, os cenários A e B consideram um aumento na taxa IPCA de 25% e 50%, respectivamente.

31.6 Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) (IFRS 7) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, financiamentos, fornecedores e derivativos NDF (*Non Deliverable Forward*) são equivalentes aos seus valores contábeis. Outros ativos e passivos de longo prazo também possuem valores equivalentes aos seus valores contábeis.

Apresenta-se abaixo a hierarquia dos valores justos dos ativos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	Control	adora			
		Valor			
Saldos em 31/12/2022	Nota	Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	23.676	-	23.676	-
	Control	adora			
		Valor			
Saldos em 31/12/2021	Nota	Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	165.818	-	165.818	-
	Consoli	idado			
	Not	Valor			
Saldos em 31/12/2022	а	Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	408.114	-	408.114	-
Aplicações financeiras	9	338.288		212.724	-
		620.838	<u> </u>	620.838	-
Passivos					
Valor justo dos derivativos	1.2	268	-	268	-
	-	268		268	
	Consoli	idado			
		Valor			
Saldos em 31/12/2021	Nota	Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos					
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	392.552	-	392.552	-
Aplicações financeiras	9	126.628	-	126.628	-
Valor justo dos derivativos - NDF	1.2	2.113		2.113	
		521.293	-	521.293	-

32. Provisão e Contingências

A companhia constitui provisões para os processos judiciais, administrativos e arbitrais, em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Em dezembro de 2022 e 2021 não há ações de naturezas tributária, cível, ambiental e trabalhista, envolvendo riscos de perda consideradas prováveis pela administração, com base na avaliação de seus assessores legais.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos contingentes, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias (a)	21.148	16.599
Cíveis (b)	14.733	2.823
Trabalhistas	1.335	731
	37.216	20.153

⁽a) Compreendem, basicamente: autos de infração em 2021, lavrado pela Receita Federal do Brasil e visando cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS da Eólica Serra da Babilônia IX no valor de R\$ 17.355; processos de execução fiscal, ajuizada pelo Município de Morro do Chapéu para exigir cobrança de Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF referente aos períodos de 2018, 2019 e 2020 no valor de R\$ 2.413; e auto de infração em 2022, lavrado pela Receita Federal do Brasil e visando cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS da Eólica Itarema IX no valor de R\$ 1.347.

⁽b) Compreendem, principalmente, processo movido pelo Espólio de José Justino, com perda possível, referente a reintegração de posse no Projeto Caetité cumulada com cobrança de aluguéis pelo uso indevido da propriedade "Sítio dos Fetos", indenização por danos morais e perdas e danos com valor estimado total da perda em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 12.578.

33. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Limite máximo de Garantia (LMG)	Prêmio
Automóveis - Veículos frota	Colisão, incêndio e roubo/furto e responsabilidade civil	100% tabela Fipe	40
Empresa - Escritório do Grupo Rio Energy no bairro Jardim Botânico / RJ	Incêndio, explosão, danos elétricos, roubo de bens e outros riscos	7.772	8
Complexos eólicos em operação: Caetité, Itarema, Copacabana, Jardim Botânico	Responsabilidade civil	30.000	51
Complexo eólico Caetité Norte (Humaitá)	Responsabilidade civil ambiental	10.000	137
Responsabilidade civil de Diretores e Administradores – Grupo Rio Energy	Responsabilidade civil D&O	43.000	48
Responsabilidade civil obras - Complexo eólico Caetité Norte (Humaitá)	Responsabilidade civil obras	30.000	148
Serviços de obras civis e instalação e montagem da segunda fase do Complexo Eólico Jardim Botânico Construção e alojamento de funcionários e obras civis Complexo Eólico Jardim Botânico Eólicas: Caetité (Lagoa), Copacabana, Itarema e Jardim	Riscos de engenharia e obras Riscos nomeados e	1.294.233	1.436
Botânico	operacionais	2.630.605	12.233
Seguros garantia	Risco financeiro e performance	311.182	4.584

34. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui estes contratos de longo prazo considerados relevantes:

Compromissos		2023	2024 em diante
Contratos de construção em andamento (Controladas Humaitá)	(a)	557.452	187.605
Contratos de operação e manutenção	(b)	75.039	272.994
Encargos de uso do sistema de transmissão	(c)	44.676	1.175.959
-		677.167	1.636.558

- a) Contratos de construção em andamento das Eólicas Brejinhos A e B e Caetité D, E e F.
- b) Contratos de operação e manutenção contratados com terceiros.
- c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contratos com o ONS. Os contratos têm vigência até o término das outorgas dos parques.

35. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões, qual seja a Diretoria Executiva da Companhia, para alocação de recursos aos segmentos, para a avaliação do seu desempenho e, inclusive, na tomada de decisões estratégias.

Todas as decisões tomadas pela Diretoria Executiva são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível para reporte.

36. Transações que não afetam caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	, ,				
Aquisições (Reestruturação societária)	(a)	-	890.911	-	890.911
Contas a receber	(b)	-	-	-	58.999
Impostos a recuperar	(b)	-	-	-	8.449
Adiantamentos	(b)	-	-	-	4.616
Despesas antecipadas	(b)	-	-	-	6.562
Depósitos vinculados	(b)	-	-	-	173.607
Contas a receber	(b)	-	-	-	1.955
Depósitos judiciais	(b)	-	-	-	14
Imobilizado	(b)	-	-	-	2.752.248
Intangível	(b)	-	-	-	130.645
Fornecedores e outras obrigações	(b)	-	-	-	(49.633)
Empréstimos e financiamentos	(b)	-	-	-	(1.968.692)
Debêntures	(b)	-	-	-	(217.081)
Arrendamento	(b)	-	-	-	(85.640)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(b)	-	-	-	(17.199)
Partes relacionadas	(b)	-	-	-	1.222
Provisão de ressarcimento regulatório	(b)	-	-	-	(56.838)
Adiantamentos de clientes	(b)	-	-	-	(157)
Provisões socioambientais	(b)	-	-	(5.424)	(4.490)
Tributos diferidos	(b)	-	-	-	(5.125)
Provisão para desmobilização	(b)	-	-	-	(46.691)
Provisão para desmobilização	(c)	-	-	-	` 4.127
Arrendamentos novos parques	(c)	-	-	(22.828)	12.535
Valor justo dos derivativos - NDF	(d)	-	-	(2.381)	2.113
Juros capitalizados de financiamentos	(e)	-	-	(32.318)	14.006
Contas a pagar por aquisição de	(f)	-	-	-	20.160
investimentos	(-)				
Arrendamentos	(g)	_	_	(3.292)	4.050
Transferência de custo de transação	(h)	_	_	15.164	-
	()				

- (a) Refere-se à aquisição efetuada por meio da transferência de todas as ações de emissão das holdings do Grupo Rio Energy para a Rio Energy Participações, decorrente do processo de reestruturação societária, ocorrido em 5 de fevereiro de 2021.
- (b) Refere-se a acervo patrimonial adicionado em função, reestruturação societária, ocorrida em 5 de fevereiro de 2021.
- (c) Arrendamentos e provisão para desmobilização dos parques eólicos do Grupo Jardim Botânico que entraram em operação em 2021 ver notas explicativas nº 16 e nº 23 respectivamente. Em 2022, novos contratos de arrendamento constituídos no Grupo Humaitá no montante de R\$ 22.828.
- (d) Valor justo dos NDFs contratados para minimizar possíveis impactos da variação de moeda estrangeira pela compra de equipamentos dos aerogeradores da Controlada Humaitá e controladas indiretas, mais detalhes na nota explicativa nº 31.1.
- (e) Referente a juros capitalizados de financiamentos (nota explicativa nº 14)
- (f) Refere-se a contas a pagar aos antigos acionistas das empresas adquiridas pelo Grupo Rio Energy (nota explicativa nº19).
- (g) Transferência do arrendamento da Rio Energy Comercializadora para a Companhia (nota explicativa nº 16).
- (h) Transferência dos custos de transação da conta do transitória do ativo e reclassificado para redutora dos financiamentos em função do desembolso do financiamento do BNB do Grupo Humaitá.

37. Eventos subsequentes

Alteração de Controladora

Em 09 de janeiro de 2023, após todas as aprovações necessárias, os acionistas da Companhia, aprovaram uma reestruturação societária onde, para fins de integralização de aumento de capital, transferiram a totalidade das ações da Rio Energy Participações S.A para a Hórus investimentos S.A, sociedade por ações de capital fechado, constituída no Brasil em 12 de agosto de 2022, também controlada pelo Rio Energy Fundo de

Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP I") e o Rio Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia II ("FIP II").

Em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de janeiro de 2023, a nova controladora da Rio Energy Participações, Hórus Investimentos S.A, nos termos do art. 59 da lei das Sociedades por Ações, bem como do item (iv) no art. 10 do estatuto social da Controladora, aprovou a primeira emissão de 23 (vinte e três) Debêntures no valor total de R\$ 1.150.000, ao valor nominal unitário de R\$ 50.000, composta por 19 (dezenove) Debêntures de 1ª serie, totalizando R\$ 950.000 e 4 (quatro) Debêntures de 2ª série, totalizando R\$ 200.000, com vencimento em 31 de dezembro de 2025 e juros remuneratórios correspondentes à 100% das taxas médias dos DI – Depósito Interbancário + 6,00% a.a. com capitalização semestral. As Debêntures foram objeto de colocação privada e figurou como fiadora a Rio Energy Participações S.A.

<u>Financiamento de Longo Prazo – Grupo Solar São Conrado</u>

Em 31 de janeiro de 2023, foram assinados os contratos de financiamento do Banco do Brasil/SUDENE para o Complexo Solar São Conrado, compreendendo as controladas Solar São Conrado I S.A., Solar São Conrado II S.A., Solar São Conrado IV S.A. e Solar São Conrado V S.A., no valor total de R\$ 299 milhões, pelo prazo de 20 anos, ao de custo de IPCA + 3,0747% a.a. Até a emissão destas demonstrações financeiras, não ocorreram desembolsos dos valores ora contratados.

Resgate Antecipado Total da 1ª Emissão de Nota Promissória Comercial

Em 15 de fevereiro de 2023, foi realizado o resgate antecipado da Nota Promissória Comercial emitidas pela Companhia em 4 de julho de 2022 e com vencimento original em 04 de julho de 2023, no valor total de R\$ 407.924.

Resgate Antecipado Total Cédula de Crédito Bancário - CCB - Ipanema Geração

Em 15 de fevereiro de 2023, foi realizado o resgate antecipado total da CCB743/20 emitida pela controlada Ipanema Geração de Energia S.A. em 30 de agosto de 2022 (pós aditamento) e com vencimento (pós aditamento) em 30 de agostos de 2024, no valor total de R\$ 105.578, e da CCB1012/20 emitida em 30 de agosto de 2022 (pós aditamento) e com vencimento (pós aditamento) em 30 de agosto de 2024, no valor total de R\$ 145.170, totalizando R\$ 250.748.

38. Autorização para conclusão das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia, em 06 de março de 2023.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 2EE10B8D57FB41AC8778ED174C451A33

Assunto: Complete com a DocuSign: RIOENERGYPART22.DEZ.pdf, Release de resultado_Rio Energy Part. Consoli...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS) Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 84 Certificar páginas: 2

Assinatura quiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1 Remetente do envelope:

Rubrica: 0 Icaro Abreu

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

Local: DocuSign

Local: DocuSign

Status: Concluído

São Paulo, SP 05001-100 icaro.abreu@pwc.com Endereço IP: 54.94.244.235

Rastreamento de registros

Status: Original

06 de março de 2023 | 20:57

Status: Original

06 de março de 2023 | 21:26

Portador: Icaro Abreu

icaro.abreu@pwc.com

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Eventos do signatário

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira

anibal.oliveira@pwc.com

Sócio PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign

@pwc.com **Assinatura**

DocuSigned by: Aníbal Manoel Gonçalues de Oliveira 608F93319949483..

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 134.238.159.50

Registro de hora e data

Enviado: 06 de março de 2023 | 21:01 Visualizado: 06 de março de 2023 | 21:13 Assinado: 06 de março de 2023 | 21:26

Eventos do signatário presencial **Assinatura** Registro de hora e data Eventos de entrega do editor **Status** Registro de hora e data Evento de entrega do agente **Status** Registro de hora e data Eventos de entrega intermediários **Status** Registro de hora e data Eventos de entrega certificados **Status** Registro de hora e data Eventos de cópia **Status** Registro de hora e data Bruno Monteiro Enviado: 06 de março de 2023 | 21:01 Copiado

bruno.monteiro@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Icaro Abreu icaro.abreu@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 06 de março de 2023 21:26 Visualizado: 06 de março de 2023 21:26 Assinado: 06 de março de 2023 21:26
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign		

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Concluído	Segurança verificada	06 de março de 2023 21:26
Assinatura concluída	Segurança verificada	06 de março de 2023 21:26
Entrega certificada	Segurança verificada	06 de março de 2023 21:13
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06 de março de 2023 21:01
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data